

# Plano de Atividades

2016

Serviço de Intervenção nos  
Comportamentos Aditivos  
e nas Dependências

# SICAD - PLANO DE ATIVIDADES 2016

## ***Ficha Técnica***

Título: Plano de Atividades 2016

Autoria: Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)

Coordenação: Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional

Participação:

Direção de Serviços de Monitorização e Informação (Divisão de Estatística e Investigação e Divisão de Informação e Comunicação;

Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (Divisão de Intervenção Terapêutica e Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária;

Divisão de Gestão de Recursos;

Divisão de Relações Internacionais;

Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional; Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;

Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação;

Assessorias.

Morada: Av. da República, n.º 61 – do 1.º ao 3.º e do 7.º ao 9.º, 1050-189 Lisboa

Edição: 15-03-2016, Lisboa

## Índice

1. Nota Introdutória.....	5
2. Missão, Atribuições, Valores, Visão e Política de Qualidade.....	8
3. Estrutura Orgânica .....	10
4. Principais Parceiros .....	11
5. Metodologia de Elaboração do Plano .....	12
5.1. Apresentação das Atividades por Unidade Orgânica .....	13
5.2 Contribuições para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde .....	14
6. Enquadramento Estratégico .....	16
6.1 Análise e diagnóstico Estratégico.....	16
6.1.2. Análise de Stakeholders.....	16
6.1.3. Análise SWOT.....	18
6.2 Opções Estratégicas do SICAD .....	19
7. Objetivos e estratégias .....	21
7.1 Formulação e Análise dos Objetivos Estratégicos do PE .....	21
7.2. Mapa Estratégico.....	23
7.3. Objetivos Operacionais e o seu impacto nos Objetivos Estratégicos.....	25
8. Atribuições, objetivos operacionais e atividades planeadas por Unidade Orgânica	27
8.1 Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI) .....	27
8.1.1. Atribuições da Unidade Orgânica .....	27
8.1.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	29
8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016.....	34
8.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI) .....	43
8.2.1. Atribuições da Unidade Orgânica .....	43
8.2.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	44
8.2.3. DMI - Direção de Serviços de Monitorização e Informação - Objetivo comum à DEI - Divisão de Estatística e Investigação e à DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2016 .....	54
8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2016 .....	56
8.2.5. DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2016.....	59
8.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR) .....	60
8.3.1. Atribuições da Unidade Orgânica .....	60
8.3.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	61

8.3.3. DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2016.....	62
8.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI) .....	66
8.4.1. Atribuições da Unidade Orgânica .....	66
8.4.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	67
8.4.3. DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 .....	73
8.5. Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO).....	80
8.5.1. Atribuições da Unidade Orgânica .....	80
8.5.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	81
8.5.3. EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2016 .....	84
8.6. Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI).....	89
8.6.1. Atribuições da Unidade Orgânica .....	89
8.6.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	89
8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2016 .....	90
8.7. Assessorias .....	92
8.7.1. Atribuições.....	92
8.7.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional .....	93
8.7.3. Assessorias - Ficha de Atividades 2016.....	94
9. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2016 .....	95
10. Mecanismos de Coordenação e Monitorização do Plano de Atividades .....	101
11. Recursos Humanos e Financeiros .....	103
11.1. Recursos Humanos .....	103
11.2. Orçamento .....	105
11.2.1 Receita .....	105
11.2.2 Despesa .....	105
11.3. Recursos Tecnológicos .....	106
12. Siglas e Abreviaturas .....	107

# 1. Nota Introdutória

O **Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)**, criado pelo Decreto-Lei nº124/2011, de 29 de Dezembro, que consagra a Lei orgânica do Ministério da Saúde, no quadro das orientações definidas pelo PREMAC e dos objetivos do programa do XIX Governo Constitucional, tem vindo ao longo deste ciclo estratégico a afirmar-se de forma consistente e integrada no desenho da rede de respostas e serviços no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.

Enquanto serviço de referência na área, o SICAD promove o desenvolvimento de políticas e intervenções coerentes e consistentes, também por via da produção de orientações técnico-normativas, e assume atribuições em matéria de planeamento e acompanhamento de programas de redução do consumo de substâncias psicoativas e de outros comportamentos aditivos e dependências.

Num quadro organizacional de fragilidade, imposto por um desenho que distancia a conceptualização e avaliação das intervenções da operacionalização, o posicionamento estratégico alcançado pelo Serviço tem permitido manter ganhos alcançados ao longo de décadas de intervenção especializada e integrada.

O ciclo de fragilidade económica de muitos indivíduos e famílias portuguesas a que se assistiu nos recentes anos, que se constituiu e continua a constituir-se como um fator de risco para o consumo de substâncias e de comportamentos aditivos, tem mobilizado o SICAD para a ação, para a qualificação e dinamização das redes de serviços, na procura permanente de respostas para os novos e velhos problemas, que atendam às necessidades das populações.

Continuamos preocupados com a debilidade do tecido social e da capacidade anímica dos sistemas sociais para reagir positivamente a situações de risco, com impacto no bem-estar e na saúde individual e coletiva.

Por via do desenvolvimento e promoção de estudos e avaliação das intervenções, continuamos a assistir à complexidade e mutabilidade do fenómeno das dependências, que desperta o nosso olhar humanista e pragmático, inovador, atento às diferentes realidades dos comportamentos aditivos com e sem substância e à necessidade de ajustar práticas e intervenções.

É com esta atitude de servidores da causa pública, por via de uma cultura de partilha, de articulação e integração de esforços, que o SICAD tem vindo paulatinamente a aproximar-se do que é a sua Visão, *constituir-se como entidade garante da*

*sustentabilidade das políticas e intervenções (...), enquadrado pela Missão desafiadora de promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.*

É no quadro do Plano Estratégico do SICAD 2013-2016 que em 2016 se renova a aposta no desenvolvimento de políticas e intervenções coerentes, consistentes, assentes numa forte componente **técnico normativa**, orientadora das práticas desenvolvidas pelos *stakeholders* com responsabilidades operacionais no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências. A dinamização, implicação e alinhamento dos parceiros estratégicos, constitui o foco da nossa ação, tendo em vista o bem comum e a prestação de serviços públicos eficientes, que respondam com qualidade e eficácia às necessidades dos cidadãos e das comunidades.

Serão priorizados, em continuidade com o trabalho já iniciado em anos anteriores, a implementação da **Rede de Referenciação/Articulação** no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências e o **Programa Operacional de Respostas Integradas** (PORI), no apoio técnico e financeiro a projetos que respondam a necessidades identificadas em territórios diagnosticados como prioritários.

Será assegurada a recolha, tratamento e divulgação dos **dados e informação** dos serviços públicos e privados, com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências.

Em 2016 serão divulgados os resultados e apresentados os relatórios de estudos (nacional e europeu), cujos dados, pela sua relevância, se constituem como indicadores de avaliação do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020.

Será realizada a recolha de dados no âmbito do **Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal 2016**.

Mantém-se a aposta na **qualificação e especialização** dos profissionais do SICAD e das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência e será dinamizado o **Plano de Formação** para os CAD dirigido aos serviços parceiros.

O aumento do número de **indiciados não dependentes** e a continuidade da implementação das **Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão**, enquanto instrumento metodológico de suporte à intervenção das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, constituem-se como opções estratégicas a dar continuidade.

O SICAD participará na 59ª sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas, a ter lugar imediatamente antes da Sessão Especial da Assembleia Geral das

Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS). Ainda no âmbito da Cooperação e Relações Internacionais, finalizará o trabalho desenvolvido na *Joint Action RARHA (Reducing Alcohol Related Harm)* que o SICAD liderou nos últimos 3 anos, acompanhará a implementação de projetos de investigação no âmbito do ERANID e supervisionará a implementação do programa “Eu e os outros” em Cabo Verde.

A elaboração do **Plano Estratégico do SICAD 2017-2020** constituirá uma oportunidade de avaliação, redefinição e posicionamento do SICAD no quadro da realidade e das necessidades dos *stakeholders*, particularmente dos cidadãos. Decorrerá ainda o processo de avaliação do **Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016**, enquadrado no apoio ao Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

O conjunto dos profissionais que fazem parte do SICAD e das CDT têm conseguido levar longe a dinâmica do serviço e a mobilidade dos sistemas sociais implicados nas respostas e intervenções que se disponibilizam aos jovens, às grávidas, às famílias, aos adultos, também aos mais velhos, ..., aos cidadãos.

Os resultados alcançados que nos distinguem dentro e fora de portas, que atraem a curiosidade e credibilizam o trabalho desenvolvido são também sinais indubitáveis de que estamos no caminho da redução dos comportamentos aditivos e dependências, dos ganhos em saúde, em segurança e bem-estar.

O Diretor-geral



João Castel-Branco Goulão

## 2. Missão, Atribuições, Valores, Visão e Política de Qualidade

O SICAD é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por *Missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.*

Para o cumprimento da missão foram acometidas ao SICAD as seguintes atribuições:

- Apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação;
- Planear e avaliar os programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente definindo normas, metodologias e requisitos a satisfazer para garantir a qualidade;
- Planear a intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- Desenvolver, promover e estimular a investigação científica no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências e manter um sistema de informação sobre o fenómeno da droga e das toxicodependências;
- Desenvolver mecanismos de planeamento e coordenação efetivos conducentes à definição das políticas para as intervenções no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências;
- Efetuar diagnósticos de necessidades de intervenção de âmbito nacional, definir prioridades e o tipo de intervenção a desenvolver;
- Definir as linhas de orientação técnica e normativa para a intervenção nas áreas dos comportamentos aditivos e das dependências;



- Promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informação dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Assegurar a representação internacional, no domínio das suas competências e atribuições específicas, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como garantir o cumprimento das obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependência do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, em coordenação com a Direcção-Geral da Saúde, enquanto entidade responsável pelas relações internacionais do Ministério da Saúde;
- Prestar o apoio técnico e administrativo e garantir as infraestruturas necessárias ao funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;
- Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos.

Sistematizando, apresenta-se a Missão, Visão, Política de qualidade e Valores do SICAD:

<b>MISSÃO</b>	Promoção da redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos, a diminuição das dependências	<b>Humanismo</b>  <b>Cooperação</b>  <b>Transparência</b>  <b>Inovação e Conhecimento</b>  <b>Confiança</b>
<b>VISÃO</b>	Constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências	
<b>POLÍTICA DA QUALIDADE</b>	Clientes satisfeitos Colaboradores envolvidos Processos inovadores Comunicação transparente Orientação para os resultados Responsabilidade social	

### 3. Estrutura Orgânica

A organização interna do SICAD obedece a um modelo estrutural misto, designadamente:

- O modelo de estrutura hierarquizada nas áreas de suporte;
- O modelo de estrutura matricial assente em equipas multidisciplinares, no desenvolvimento de atribuições, programas ou projetos de âmbito transversal.

As unidades orgânicas flexíveis e da estrutura matricial são<sup>1</sup>:

A **Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)** com as seguintes divisões:

- Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT);
- Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC).

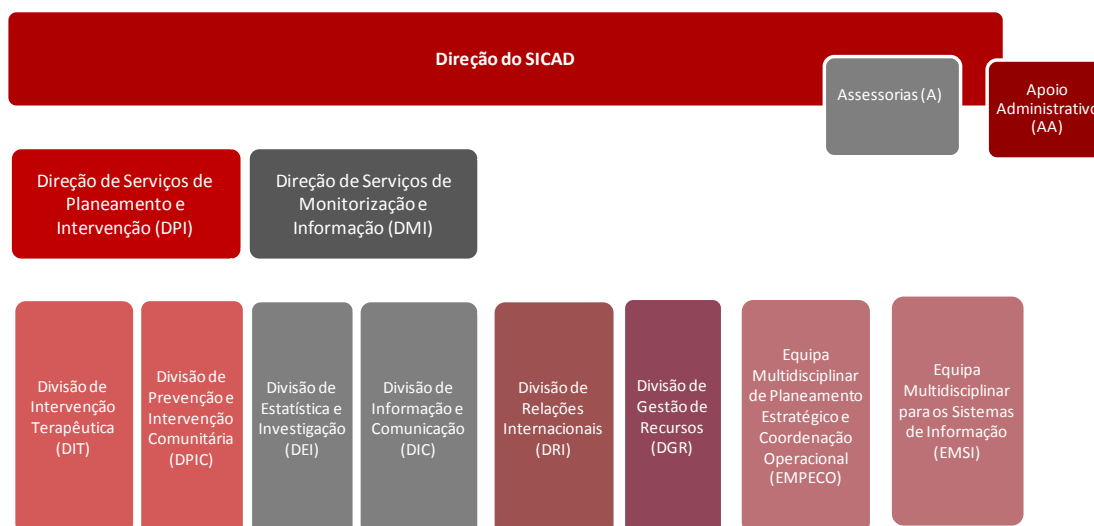
A **Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)** com as seguintes divisões:

- Divisão de Estatística e Investigação (DEI);
- Divisão de Informação e Comunicação (DIC).

Na **dependência do Diretor Geral**, foram criadas as seguintes divisões:

- A Divisão de Relações Internacionais (DRI);
- A Divisão de Gestão de Recursos (DGR).

A Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO) e a Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)<sup>2</sup>, ambas na dependência do Diretor-geral, enquadram-se na estrutura matricial. Com funções de secretariado e de apoio administrativo à Direção existe uma área de Apoio Administrativo (AA) e serviços de Assessoria (A).



<sup>1</sup> Cf. Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho de 2012;

<sup>2</sup> Cf. Despacho n.º 328/2014, de 8 de janeiro de 2014.

## 4. Principais Parceiros

Atendendo à natureza das atribuições do SICAD e ao facto de uma parte da componente operacional das políticas e intervenções em matéria de comportamentos aditivos e dependências estar nas Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS), mantêm-se como parceiros estratégicos desta Direção Geral as próprias ARS e a Direção Geral da Saúde.

A Tutela, a Coordenação Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, o Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, ao enquadrarem politicamente a ação do SICAD constituem-se como parceiros cuja relação se gere em proximidade.

As Forças de Segurança e as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, estas últimas com ligação direta ao SICAD, asseguram de forma integrada a operacionalização da Lei nº30/2001 e o funcionamento do dispositivo da dissuasão, representando, por isso, parceiros com forte ligação ao SICAD.

A complementaridade, o alinhamento e a integração de respostas com as entidades privadas, conferem-lhes uma posição estratégica enquanto parceiros de relevo no desenvolvimento das políticas e intervenções.

Os cidadãos, enquanto clientes finais do serviço público, representam a razão de ser do serviço, competindo ao SICAD promover a criação de condições que respondam com qualidade às necessidades de que carecem.

Os profissionais, com o capital de conhecimento e experiência profissional que possuem, constituem os parceiros garante do funcionamento e da ação do SICAD, aos quais se reconhecem capacidades para responder com qualidade às necessidades e expectativas dos parceiros.

## 5. Metodologia de Elaboração do Plano

O Plano de Atividades do SICAD para 2016 está condicionado e enquadrado por um conjunto de instrumentos e orientações estratégicas:

- Estratégia Global para a redução do uso nocivo do álcool;
- Plano de Ação Europeu para reduzir o uso nocivo do álcool 2012-2020;
- Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga (2013-2020);
- Plano de Ação da União Europeia de Luta Contra a Droga (2013-2016);
- Estratégia da UE para apoiar os Estados-Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool;
- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020;
- Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016;
- Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão 2020;
- Plano Estratégico do SICAD, 2013-2016;
- Situação do País em Matéria de Comportamentos aditivos e dependências;
- Caracterização do fenómeno: estudos realizados sobre prevalências de consumos e dependências;
- Medidas inscritas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da saúde;
- Orientações para a elaboração do Plano de Atividades de 2016 e Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2016 dos serviços do Ministério da Saúde;

Enquadrado por estas orientações e instrumentos, particularmente o Plano Estratégico do SICAD 2013-2016, mantêm-se as condições de base para a elaboração sustentada e coerente do Plano de Atividades para 2016, dando sequência à ação desenvolvida desde 2013.

Importa referir que desde 2013 a ação do SICAD é orientada pelo Plano Estratégico (PE) aprovado pela então tutela para o período 2013-2015, o qual, seguindo orientações do Ministério da Saúde emanadas em 2014, foi alvo de revisão, que considerou os documentos estratégicos elaborados em 2013<sup>3</sup> e o desempenho do primeiro ano de operacionalização do Plano – 2013, a qual se traduziu numa adenda ao PE em vigor, alargando o ciclo estratégico até 2016, em consonância com o Plano

---

<sup>3</sup> Cartas de missão para os cargos de Diretor Geral e Sub Diretor Geral;

Nacional de Saúde. Este exercício centrou-se igualmente na adaptação e ajustamento dos vetores e objetivos estratégicos, objetivos operacionais, respetivos impactos, indicadores e mapa estratégico.

Neste sentido, o Plano de Atividades para 2016 garante a continuidade da operacionalização do Plano Estratégico 2013-2016, definindo atividades que concorrem para o alcance das metas dos indicadores do PE.

### 5.1. Apresentação das Atividades por Unidade Orgânica

O Plano de Atividades é um instrumento de gestão do próprio serviço, que segue as orientações da tutela válidas para todos os organismos abrangidos, permitindo análises comparativas. É também um documento disponível a todos os cidadãos, através da disponibilização *online*, pelo que a redação deve ser clara e acessível. Assim, no Plano de Atividades 2016 cada Unidade Orgânica descreve as principais ações que se propõe desenvolver, enquadrando os indicadores apresentados no âmbito de cada objetivo operacional, de forma sintética e concisa facilitando a compreensão.

As Fichas de Atividade baseiam-se no esquema proposto pelo Ministério da Saúde, conforme os anos anteriores e com informação adicional solicitada para 2016.

Para cada Objetivo Operacional (OOp) utilizaram-se os seguintes critérios:

- Correspondência aos **Objetivos Estratégicos** (definidos no QUAR e Plano Estratégico);
- Correspondência com as **atribuições da Unidade Orgânica**;
- Parâmetro do Objetivo Operacional: eficácia, eficiência ou qualidade;
- Identificação das **Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde** para as quais contribui ou se enquadra.

No âmbito de cada Objetivo Operacional são identificados os indicadores para o ano de 2016. Considerando que este Plano de Atividades vem na sequência dos Planos de Atividades de 2013, 2014 e 2015, alinhado com o Plano Estratégico do SICAD, alguns indicadores são os mesmos dos anos anteriores, outros são novos e concorrem para o alcance dos objetivos definidos para o período temporal em causa: 2013-2016.

Verificam-se ainda situações em que os indicadores se mantêm, comparativamente a 2014, e os valores das metas são inferiores aos resultados alcançados no ano anterior. Estas situações são devidamente identificadas e prendem-se ou com a natureza do indicador, cuja progressão contínua ao longo do tempo não significa o alcance de melhores resultados, ou com as necessidades identificadas e prioridades definidas para 2016.

Aplicam-se as seguintes variáveis a **cada indicador**:

- Definição do **tipo de indicador**: estrutura; realização; resultado; impacto;
- Apresentação dos **valores prévios**, sendo na sua maioria os valores de 2015, 2014 e/ou 2013, quando aplicável;
- Definição da **meta** e **tolerância** para 2016. A meta corresponde ao valor a atingir ou intervalo de valores. A tolerância estabelece os limites superior e inferior do intervalo definido para a meta (quando aplicável);
- Apresentação do **valor crítico**, enquanto *benchmark* (referencial de excelência) de instituições nacionais ou internacionais congêneres, ou o melhor resultado em termos históricos para o indicador em causa. Em 2016, para a maioria dos indicadores que já têm sido utilizados em anos anteriores, aplica-se a segunda hipótese, isto é, o melhor valor histórico. Noutras situações, nomeadamente quando se planeia atingir metas com melhores resultados que o valor de referência, o valor crítico foi ajustado permitindo assim enquadrar a proposta da meta;
- São identificadas as estruturas orgânicas **responsáveis pela execução**;
- A classificação quanto à **orçamentação**: orçamentada (AO), e CE quando está sujeito a processo de financiamento da Comissão Europeia (CE);
- Apresentação das **instituições externas** pela realização final de cada indicador, como **eventuais dependências**, quando aplicável;
- Identificação das **entidades colaboradoras**, internas ou externas, que concorrem para a **realização do indicador**, quando aplicável;
- No campo das **observações**, surgem fundamentalmente as seguintes situações: identificação de um novo indicador, que não possui valores históricos, apresentação da justificação da não progressão da meta, relativamente a valores históricos e quais os indicadores dos Objetivos Estratégicos, que constam do PE 2013-2016, para os quais os indicadores do Plano de Atividades 2016 concorrem. Igualmente estão identificadas as ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016 onde se enquadram os indicadores do PA 2016.

## 5.2 Contribuições para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde

O SICAD contribui para as orientações estratégicas do MS, nas seguintes dimensões das **Orientações do Plano Nacional de Saúde – Revisão e Extensão 2020**: eixos estratégicos – *Cidadania em Saúde*, *Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde*, *Qualidade na Saúde* e *Políticas Saudáveis*; orientações para a implementação – *Prevenção e Controlo da Doença*, *Promoção e Proteção da Saúde*, *Colaboração*

*Intersectorial, Capacitação dos Cidadãos, Divulgação e implementação de boas práticas, Fortalecimento da Saúde Global.*

No âmbito do **Programa do XXI Governo Constitucional** identificam-se atividades que contribuem para as medidas previstas: *Promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública e Reduzir as desigualdades entre cidadãos no acesso à saúde.*

## 6. Enquadramento Estratégico

O Plano Estratégico do SICAD constitui o documento orientador do desenvolvimento da ação do SICAD no quadriénio 2013-2016, de que se traduzem aqui alguns elementos e dimensões que enquadram e facilitam o planeamento para 2016, coerente e com continuidade.

A construção do Plano Estratégico teve como fundação o diagnóstico estratégico, baseado na análise da envolvente externa e interna, que permitiu a definição do mapa estratégico e alinou vetores e objetivos estratégicos, com objetivos operacionais, indicadores e metas, a prosseguir no horizonte de quatro anos.

### 6.1 Análise e diagnóstico Estratégico<sup>4</sup>

Sinteticamente e porque continua atual e a orientar a atuação do SICAD, a caracterização da envolvente que enquadra o funcionamento do SICAD, no contexto da qual se pretende alcançar a visão, foi sistematizada aquando da construção do Plano Estratégico através da análise:

- PEST - *Political, Economical, Social and Technological*;
- Stakeholders/Parceiros;
- SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threat*.

Este exercício, devidamente traduzido no Plano Estratégico, facilitou o conhecimento mais objetivo do posicionamento do SICAD, com a identificação das principais e mais relevantes tendências da sociedade. Permitiu identificar os fatores de natureza macro ambiental, políticos, económicos, socioculturais e tecnológicos, que o SICAD não controla, nem consegue modificar, contudo que importa conhecer e vigiar<sup>5</sup>.

#### 6.1.2. Análise de Stakeholders

Por via da *análise de Stakeholders* conseguiu-se identificar o nível de trocas entre os parceiros, externos e internos, e o SICAD, as relações, as expectativas mútuas e a perceção quanto à atuação de cada parte, e apontar opções para a concretização da visão do serviço e a satisfação das necessidades das partes interessadas.

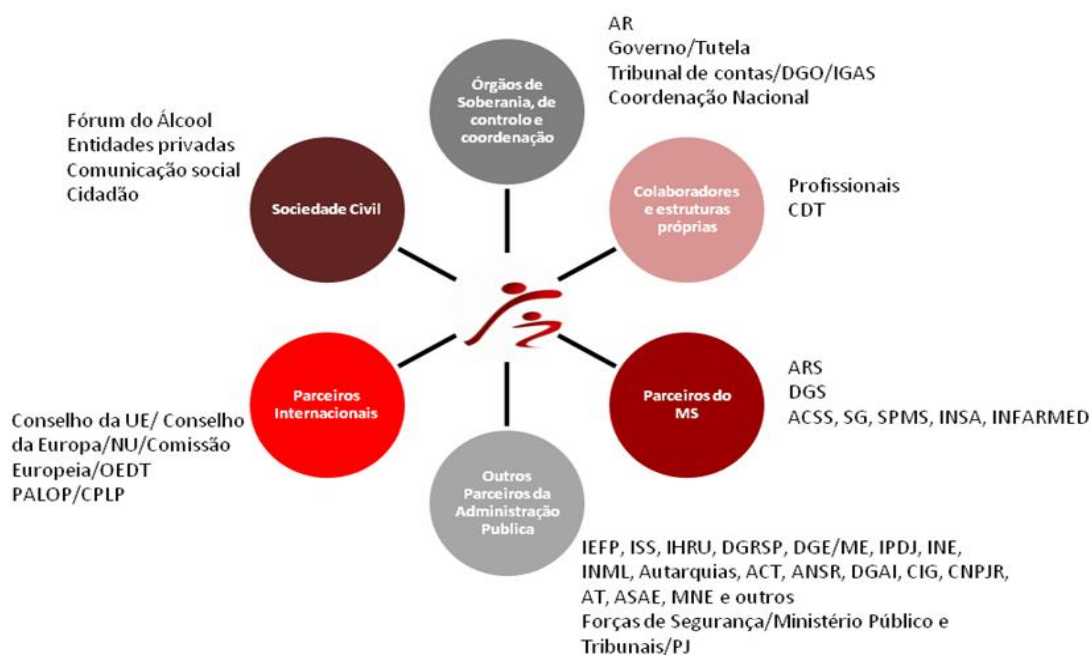
---

<sup>4</sup> A análise e diagnóstico estratégico encontram-se desenvolvidos no Plano Estratégico do SICAD;

<sup>5</sup> A análise à PEST encontra-se mais desenvolvida no Plano Estratégico do SICAD;



Verifica-se que o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências tem um conjunto alargado de *stakeholders*<sup>6</sup>, os quais se encontram identificados na figura abaixo, agrupados em seis categorias: **(I)** Órgãos de Soberania, de controlo e coordenação **(II)** Colaboradores e estruturas próprias, **(III)** Parceiros do Ministério da Saúde, **(IV)** Outros Parceiros da Administração Pública (AP); **(V)** Parceiros Internacionais e **(VI)** Sociedade Civil:



Tal como referido no ponto 4. deste documento destacamos como parceiros privilegiados os parceiros do Ministério da Saúde, em particular as **ARS** e a **DGS**, os órgãos de soberania, em particular a **Tutela** e a **Coordenação Nacional**, os parceiros internacionais, designadamente o **OEDT** e, da categoria Outros Parceiros da AP, destacam-se os **parceiros com assento na estrutura de coordenação nacional**, com especial enfoque as **Forças de Segurança**, por força da cooperação inerente à aplicação integrada da Lei nº30/2001. Os **cidadãos**, enquanto clientes finais, e os **profissionais** e as **CDT** configuram igualmente parceiros importantíssimos no desenvolvimento da atividade do SICAD.

Estes são os parceiros com muita influência (direta ou indireta) e um nível de interesse elevado, no funcionamento e na prossecução da missão e da visão do SICAD, com os quais importa estabelecer alianças estratégicas para a condução das políticas e intervenções, pois constituem ora parceiros de nível político, ora complementares para a execução das políticas e intervenções ou clientes finais do serviço público<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Os principais *stakeholders* já se encontram assinalados no ponto 4. deste Plano; no Plano Estratégico a relação entre as categorias aqui identificadas está devidamente aprofundada.

<sup>7</sup> Esta análise encontra-se mais aprofundada no Plano Estratégico.

## 6.1.3. Análise SWOT

Através da **análise SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats**, análise da envolvente interna e externa de atuação do SICAD, identificam-se os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, que condicionam a implementação das políticas e intervenções, e que facilitaram a formulação do plano estratégico.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Serviço especializado	Estrutura organizacional nova e em construção
Conhecimento especializado	Área suscetível de mudanças frequentes
Elevada qualificação dos RH	Fraca assunção da nova orgânica e competências do Serviço
Sistemas de informação especializados	Défices de informação quanto ao modelo organizativo das respostas no terreno
Capacidade de criação e gestão de Programas e de apoio a projetos	Orçamento escasso
Abertura à inovação e disponibilidade para novos compromissos	Dificuldades de incentivos ao desempenho
Ligação direta e forte à Estrutura de Coordenação Nacional	Conhecimento dos profissionais nas novas áreas dos CAD com necessidade de desenvolvimento
Dispositivo da dissuasão	Circuitos e procedimentos de comunicação com necessidade de desenvolvimento
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
PREMAC	Modelo organizativo das respostas no terreno ainda não definido
Novas atribuições em matérias de dependências.	Dificuldade na articulação com alguns SH
Reposicionamento face aos SH e à articulação interinstitucional	Serviços operacionais na dependência de outros organismos
Disponibilidade dos SH do MS para redesenhar o modelo organizativo das respostas	Crise económica e as consequentes restrições orçamentais
Necessidade externa de serviços e apoio especializado	Perda de RH alocados à área das dependências
Estrutura de Coordenação Nacional	Vulnerabilidade da situação económico-financeira dos cidadãos concorrendo para o recrudescimento

	dos consumos, tráfico e criminalidade
Envolvimento e disponibilidade da sociedade civil	Permanente mutação do mercado de Substâncias Psicoativas
Reconhecimento internacional	Diminuição das respostas disponíveis

Relacionadas as dimensões aqui identificadas<sup>8</sup> destacam-se os seguintes constructos:

- O ambiente externo não se pode controlar mas deve ser conhecido e monitorizado de modo a aproveitar as oportunidades e combater as ameaças.
- Grande parte das fraquezas identificadas possui um carácter conjuntural e transitório, decorrente da profunda alteração orgânica, recentemente verificada e em fase de operacionalização. O SICAD encontra-se em pleno processo de definição conjunta, com os parceiros estratégicos do MS, das atribuições e desenho organizacional, e em condições de a breve prazo inverter este ponto fraco, que em alguns casos aproveita oportunidades.
- O conhecimento e os sistemas de informação especializados, a abertura e disponibilidade dos serviços para novos compromissos, a ligação à Estrutura de Coordenação Nacional e o dispositivo da dissuasão, são, inequivocamente, pontos fortes, facilitadores do desenvolvimento do serviço, pois são forças importantes no combate às ameaças e no potenciar das oportunidades.

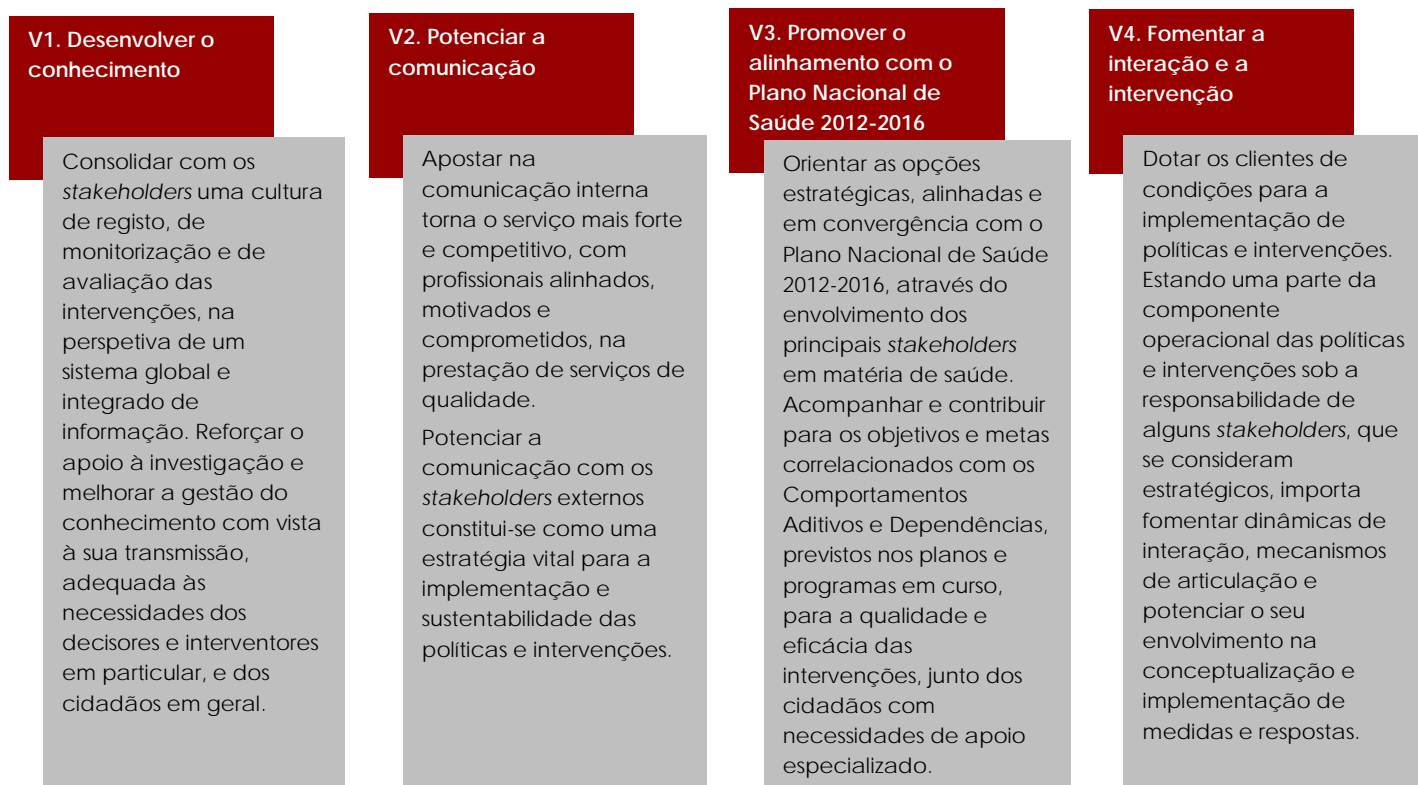
A análise efetuada mantém a sua atualidade, considerando-se o SICAD um serviço em crescimento e desenvolvimento, que aposta na comunicação, interna e externa, na relação e alinhamento estratégico, designadamente com os *stakeholders* do MS, procurando concertar posições e encontrar soluções integradas para compromissos convergentes. A permanente produção e atualização de conhecimento, a inovação nas abordagens e a preparação antecipada para lidar com estes fenómenos, bem como a capacitação os profissionais para prestar apoio no âmbito das atribuições do serviço, configuram fatores de importância crítica para o posicionamento do SICAD.

## 6.2 Opções Estratégicas do SICAD

Face ao contexto económico e social, mas também psicológico, que perpassa a sociedade portuguesa e que se constitui como fator de risco no que respeita a comportamentos aditivos e dependências, particularmente aos mais jovens; face à mobilidade do mercado lícito e ilícito de drogas e também à emergência de outro tipo de patologias de dependência identificadas; face ao posicionamento do SICAD e às exigências em matéria de produção de conhecimento e apoio às intervenções de uma maneira geral e alargada aos serviços públicos e de proximidade; face à

<sup>8</sup> Cujas análise foi efetuada na matriz swot, apresentada e desenvolvida no Plano Estratégico, pag 34;

necessidade de um efetivo alinhamento estratégico interno e externo, nacional e internacional, tendo em vista a definição e implementação de políticas e intervenções; face ao papel do SICAD no suporte à coordenação nacional e à projeção internacional das políticas portuguesas; o Plano Estratégico fixou os **vetores estratégicos**, as grandes linhas de ação, que vão orientar a intervenção do SICAD no atual ciclo 2013-2016: (v1) desenvolver o conhecimento, (v2) potenciar a comunicação, (v3) promover o alinhamento com o Plano Nacional de Saúde 2012-2016, (V4) fomentar a interação e a intervenção.



## 7. Objetivos e estratégias

### 7.1 Formulação e Análise dos Objetivos Estratégicos do PE

Tendo como pano de fundo os vetores estratégicos, definiram-se os objetivos estratégicos para o ciclo estratégico 2013-2016, a inscrever anualmente nos Planos de Atividades e QUAR, em consonância com as prioridades definidas pela Direção.

Objetivos Estratégicos	
OE1	<b>Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento</b> entre os <i>stakeholders</i> , com vista a potenciar o seu valor, promovendo a capacitação para a ação e decisão e contribuindo para uma cidadania esclarecida.
OE2	<b>Potenciar a cooperação e convergência dos Stakeholders</b> para o alinhamento estratégico dos vários <i>stakeholders</i> com responsabilidades neste âmbito, procurando a concertação no planeamento, acompanhamento e avaliação das políticas nacionais, a implicação e o comprometimento.
OE2 a)	<b>Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde, face à</b> importância que assumem na definição de políticas e respetiva operacionalização e ação junto das populações. Importa promover a participação dos <i>stakeholders</i> necessários desde a fase de planeamento, assegurar a adoção de circuitos e procedimentos adequados entre os envolvidos, bem como sistemas de monitorização que permitam ajustar práticas que se revelem menos eficazes.
OE3	<b>Apoiar a coordenação nacional e assegurar as relações internacionais.</b> Considerando a multiplicidade de fatores associados aos comportamentos aditivos e dependências, ao nível das causas e das consequências, a Coordenação Nacional tem um papel decisivo na mobilização e implicação dos vários setores, na definição de políticas macro, comuns e partilhadas e no desenvolvimento de sinergias em matéria de CAD. Tratando-se de fenómenos à escala global, assegurar as relações internacionais, nas suas diversas vertentes, assume particular importância ao nível da disseminação de informação, mas também na produção de conhecimento e na definição de políticas.
OE4 a) e b)	<b>Promover a qualidade, a eficiência e a eficácia das intervenções</b> para alcançar ganhos em saúde junto da população em geral e de grupos específicos, quer por via da qualidade das abordagens, do conhecimento e da cooperação entre os <i>stakeholders</i> , da normalização e harmonização das respostas disponibilizadas, da contratualização com a sociedade civil e da capacitação dos profissionais; face à diminuição de recursos disponíveis, por via da partilha dos recursos locais e do desenvolvimento de respostas integradas.
OE5	<b>Implementar a rede de referência/articulação</b> como um pilar na melhoria da qualidade e da eficiência das respostas aos cidadãos com problemas relacionados com CAD. A definição e clarificação de conceitos relacionados com a severidade das dependências, a identificação das estruturas da comunidade mais vocacionadas para dar resposta às situações padronizadas, a adoção de normas e orientações técnicas para atuar junto dos cidadãos com problemas, a capacitação dos profissionais, enquadram-se neste objetivo, cujo maior enfoque da ação se situa ao nível dos parceiros públicos.
OE6	<b>Promover a harmonização das intervenções</b> através de orientações comuns, que sustentem as intervenções desenvolvidas, que definam uma identidade própria para os diferentes níveis de intervenção, para que estejam acessíveis aos cidadãos idênticas possibilidades ao nível das respostas disponibilizadas. Esta harmonização, para além de remeter para níveis de qualidade superiores, constitui uma base comum, facilitadora da monitorização e avaliação, que evidencie pontos fortes, identifique e corrija lacunas, e introduza as alterações necessárias face a novas situações, num processo de melhoria contínua.

Objetivos Estratégicos (continuação)	
OE7	<b>Promover a implementação de medidas e intervenções para os novos problemas emergentes</b> face ao surgimento de novos fenómenos e realidades, ou de reemergência de fenómenos antigos com outros contornos, com consequências nefastas para a população. Neste sentido, importa promover abordagens que respondam a necessidades (re)emergentes resultantes de diagnósticos participados. Neste domínio pode contemplar-se o desenvolvimento de iniciativas piloto, de investigação-ação, com vista à possível disseminação, ou de iniciativas já testadas por outros e que façam sentido na realidade nacional e no problema emergente identificado.
OE8	<b>Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira</b> face à profunda reforma dos serviços da Administração Pública e a diminuição dos recursos disponíveis, é de elementar interesse para o SICAD manter um esforço permanente de rentabilização dos recursos disponíveis, procurar novas formas de se financiar e de promover a sustentabilidade financeira das medidas e intervenções a implementar. A prestação de contas constitui, senão um valor da organização, um princípio primordial, donde a transversalidade aos vetores e objetivos definidos.
OE9	<b>Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação</b> , de modo a assegurar a produção atualizada de conhecimento com vista ao planeamento, monitorização e avaliação das políticas e intervenções.
OE10	<b>Desenvolver linhas de investigação prioritárias</b> , assegurando a continuação de projetos de investigação iniciados em anos anteriores e implementados de forma regular, e alargando a novas linhas de investigação adequadas às necessidades de intervenção identificadas.
OE11	<b>Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação</b> constitui-se como um objetivo nuclear no âmbito do mapa estratégico do SICAD e remete para a necessidade de definir fluxos de comunicação claros e funcionais, a nível interno e externo, com os diferentes stakeholders, de modo a promover a troca de informação e a implementação de medidas.
OE12	<b>Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção</b> , constitui-se como um propósito da ação do SICAD que conduz à melhoria dos serviços, seja através dos SH seja na ação direta do SICAD. Implica dispor de um ativo intelectual na área dos CAD, onde se inclui o conhecimento da realidade dos serviços e das respostas existentes, e envolver e dinamizar a rede de parceiros, designadamente daqueles que detêm responsabilidades operacionais, parceiros do ministério da saúde e outros parceiros da AP, com assento na coordenação nacional, assim como da sociedade civil.
OE13	<b>Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções</b> , enquadra-se na gestão por objetivos onde <i>gerir é medir para comparar e melhorar</i> , tendo em vista a melhoria do desempenho organizacional e, também, o propósito de prestação de contas e de transparência de atuação da Administração Pública perante os cidadãos.  Contribui-se para uma sistemática melhoria da definição e condução das políticas e intervenções. Importa assim, estar permanentemente em articulação, para melhor avaliar e antecipar as expectativas dos <i>stakeholders</i> relativamente ao SICAD, tendo em vista a satisfação das necessidades dos serviços. É também neste pressuposto que se devem fomentar relações interinstitucionais, onde marcam presença valores como a transparência, a cooperação e a confiança.
OE14	<b>Formar Recursos Humanos</b> para assegurar o desenvolvimento de competências técnicas, com conhecimentos especializadas adequados, úteis e atualizados, que permitam aumentar a qualificação e especialização dos profissionais, designadamente no âmbito das novas atribuições do serviço, e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Objetivos Estratégicos (continuação)	
<b>OE15</b>	<b>Melhorar as competências de comunicação e de articulação</b> através da normalização e da circulação da informação, e a articulação a nível interno, como vista ao envolvimento e comprometimento dos profissionais, contribuindo assim para a eficácia e crescimento do serviço, bem como para um ambiente organizacional saudável.
<b>OE16</b>	<b>Alinhar colaboradores</b> na missão, na visão e nos valores do SICAD. Só assim será possível encontrar uma identidade coletiva e uma cultura organizacional forte, que implique os colaboradores e promova desempenhos de excelência, em momentos de forte contração económica e social, com impactos na vida pessoal e familiar dos profissionais. Comprometer os profissionais, comunicar o plano estratégico do SICAD e os resultados da monitorização e vinculá-los com objetivos de SIADAP coerentes com os desígnios e os propósitos do serviço.

## 7.2. Mapa Estratégico

O mapa estratégico (página seguinte) facilita a visualização das orientações estratégicas do SICAD, distribuindo os objetivos estratégicos pelas perspetivas e vetores estratégicos, relacionando-os entre si. Cria uma visão global do caminho seguido e a seguir no período 2013-2016 e continua a estar na base dos exercícios de planeamento anual. Os objetivos e vetores estratégicos remetem para a estabilidade e continuidade das linhas de orientação ao longo do período de vigência do Plano Estratégico, ajustáveis a necessidades identificadas, e estabelecem o compromisso do SICAD com o caminho delineado.



### MISSÃO

Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.

### Visão

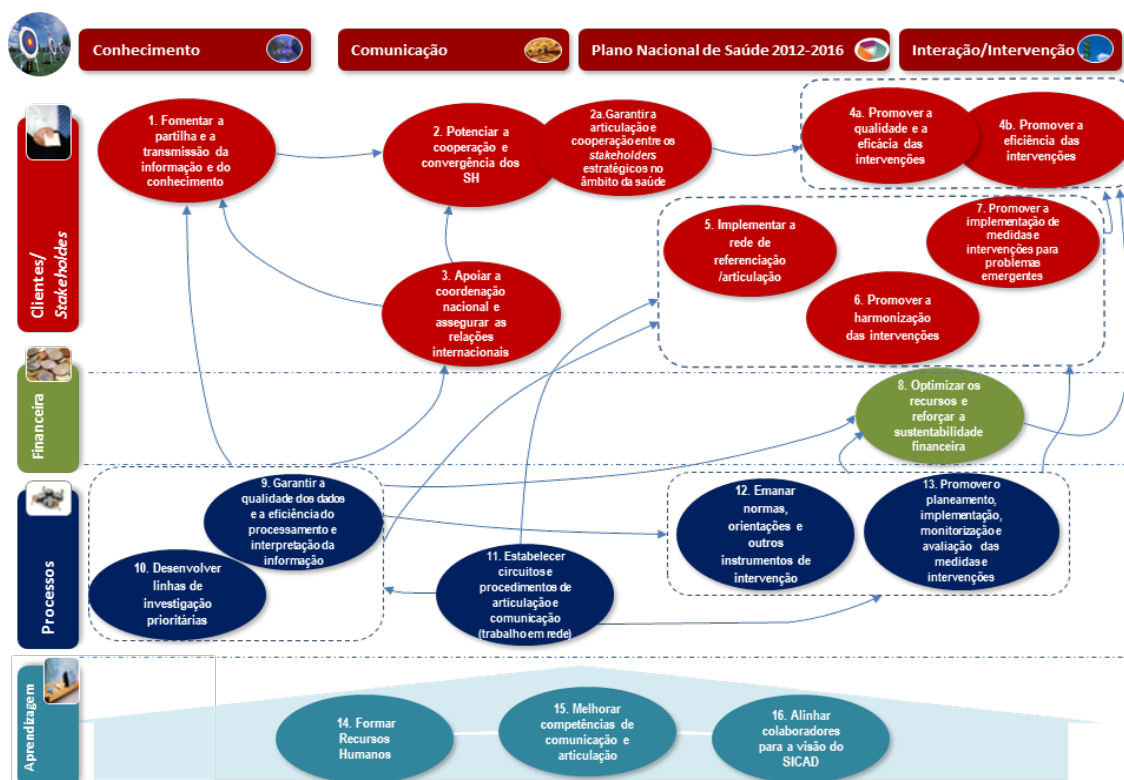
Constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências com o reconhecimento nacional e internacional.

### VALORES

Humanismo, Conhecimento, Inovação e Pragmatismo, Cooperação, Confiança e Transparência

### DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Contexto económico e social, mas também psicológico, que perpassa a sociedade portuguesa e que coloca em risco a população, no que respeita a comportamentos aditivos e dependências, particularmente os mais jovens	Mobilidade do mercado lícito e ilícito de drogas e também a emergência de outro tipo de patologias de dependência identificadas e que resultaram no alargamento das atribuições do SICAD	Necessidade de estabelecimento de circuitos e procedimentos de articulação, para a produção conjunta dos processos de planeamento, implementação e avaliação das políticas e intervenções, enquadradas pela missão do Ministério da Saúde	Reposicionamento do SICAD, relativamente ao IDT, e às exigências em matéria de produção de conhecimento e apoio às intervenções de uma maneira geral e alargada aos serviços públicos e de proximidade	Necessidade de um efetivo alinhamento estratégico, interno e externo, nacional e internacional, tendo em vista a definição e implementação de políticas e intervenções	O papel do SICAD no suporte ao Coordenador Nacional e à projecção internacional das políticas portuguesas
--	--	---	--	--	---





### 7.3. Objetivos Operacionais e o seu impacto nos Objetivos Estratégicos

Para implementar a estratégia no quadriénio 2013-2016, foram definidos 23 Objetivos operacionais (OOp). Os objetivos operacionais são desenvolvidos através de iniciativas<sup>9</sup>, identificados pelas unidades orgânicas, e enquadram a construção dos Planos de Atividades anuais, nomeadamente do presente Plano para 2016.

Desta forma, pretende-se uma coerência estratégica da ação do SICAD no quadriénio, com uma operacionalização planeada, consistente e avaliável.

No quadro ao lado, para além dos objetivos operacionais, apresenta-se o impacto e a relação que têm nos objetivos estratégicos.

---

<sup>9</sup> Para mais informação sobre as iniciativas, consultar o Plano Estratégico (pp.48-51)

## Impactos dos Objetivos Operacionais nos Objetivos Estratégicos

Impacto muito forte nos OE

Impacto forte nos OE

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OOp)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	OE1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento	OE2. Potenciar a cooperação e a convergência dos SH	OE2a). Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde	OE3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais	OE4a e b. Promover a qualidade, a eficiência e a eficácia das intervenções	OE5. Implementar a rede de referência/articulação	OE6. Promover a harmonização das intervenções	OE7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re) emergentes	OE8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira	OE9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação	OE10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias	OE11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação	OE12. Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção	OE13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções	OE14. Formar recursos humanos	OE15. Melhorar as competências de comunicação e articulação	OE16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD
OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD																		
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos																		
OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD																		
OOp4. Implementar respostas integradas, no âmbito do PORI																		
OOp5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD																		
OOp6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD																		
OOp7. Desenvolver projetos em linhas de investigação tradicionais																		
OOp8. Desenvolver projetos em novas linhas de investigação																		
OOp9. Criar mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação																		
OOp10. Implementar procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH																		
OOp11. Divulgar e disponibilizar informação																		
OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação																		
OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação																		
OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional																		
OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD																		
OOp16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos																		
OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais																		
OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos																		
OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015																		
OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD																		
OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT																		
OOp22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2015																		
OOp23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas																		

## 8. Atribuições, objetivos operacionais e atividades planeadas por Unidade Orgânica

O Plano de Atividades para 2016 concretiza o quarto e último ano de execução do plano estratégico, para via da inscrição e comprometimento na continuidade dos objetivos operacionais e respetivos indicadores, tendo em vista a coerência e estabilidade na concretização das políticas e intervenções definidas para a área do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

A execução do plano e cumprimento das metas definidas para os diferentes indicadores, objetivos operacionais e estratégicos compete às unidades orgânicas cujas atribuições<sup>10</sup> se enquadram nos conteúdos definidos e propostos.

### 8.1 Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

#### 8.1.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)** é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), b), c), d), e), f), h), i) e j) do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

- a) Desenvolver as metodologias, requisitos e normas de atuação, de modo a garantir a qualidade da intervenção terapêutica, participando no planeamento, na monitorização e na avaliação dos programas de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- b) Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em articulação com as ARS, IP, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas, e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência, ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- c) Desenvolver atividades de promoção do planeamento e coordenação, orientados para a definição das políticas no âmbito das intervenções da reinserção social e do tratamento dos comportamentos aditivos e das dependências, nos diferentes contextos;

---

<sup>10</sup> De acordo com o Despacho n.º 8816/2012 de 3 de Julho.

- d) Realizar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas do tratamento e da reinserção e desenvolver metodologias e instrumentos facilitadores da planificação;
- e) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de intervenção, ao nível da reinserção social e do tratamento;
- f) Definir as linhas de orientação técnica e normativa, para a intervenção no tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos, baseadas na evidência científica;
- g) Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos;
- h) Definir as componentes e procedimentos técnicos das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no domínio dos consumos de substâncias psicoativas, das dependências e dos comportamentos aditivos;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

À **Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)** é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), c), d), e), f), e h), do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

- a) Definir práticas, normas e requisitos a satisfazer, para garantir a qualidade da intervenção comunitária, de forma a permitir o planeamento e a avaliação dos programas de prevenção, de redução de riscos e minimização de danos, do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- b) Desenvolver metodologias de planeamento e coordenação, que visem a definição das políticas para as intervenções preventivas e de redução de riscos e minimização de danos, no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências;
- c) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas preventivas e de intervenção, ao nível da prevenção e redução de riscos e minimização de danos, nos diferentes contextos;
- d) Definir as linhas de orientação técnicas e normativa para a intervenção em prevenção, baseadas na evidência científica;

- e) Elaborar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas da prevenção e redução de riscos e minimização de danos e desenvolver metodologias e instrumentos de apoio à planificação;
- f) Assegurar um serviço de apoio individualizado, anónimo, gratuito e confidencial, de informação, aconselhamento, orientação e encaminhamento na área dos comportamentos aditivos e dependências, nomeadamente por via telefónica e ou outras tecnologias de comunicação.
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

#### 8.1.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

##### **Objetivo Operacional 1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD**

O alinhamento com os determinantes estratégicos do SICAD aponta para que, em 2016, as atividades relativas à produção de instrumentos de orientação das intervenções em CAD se estructurem segundo diversos eixos. Assim, em continuidade com os trabalhos empreendidos durante o ciclo estratégico e que resultaram na produção de vários documentos neste domínio, importa agora diligenciar no sentido da sua difusão, aumentando o seu conhecimento e aplicação por parte dos responsáveis e técnicos que asseguram a intervenção em CAD. Por outro lado, e em articulação com os *stakeholders* estratégicos para cada uma das áreas em causa, prevêem-se a conclusão e continuidade de atividades de produção de linhas orientadoras, nomeadamente no âmbito da intervenção em RRMD, Normas e Orientações Técnicas em Unidades de Desabituação, Linhas Gerais para a intervenção em CAD e Linhas de Orientação para a intervenção na Problemática do Jogo.

Por outro lado, surge como uma evolução consequente à produção destes instrumentos o desenvolvimento de meios que permitam a avaliação e monitorização da forma como as normas e orientações técnicas estão a ser implementadas na prática – como tal, serão desenvolvidas ferramentas que permitirão acompanhar este processo, no âmbito das intervenções em Prevenção (na sua globalidade e mais especificamente, no que concerne ao Programa Eu e os Outros) e em Reinserção Social.

Um outro eixo de orientação das iniciativas do DPI implicará a finalização e/ou incremento do alcance de alguns dos documentos já produzidos neste âmbito e que por força da evolução dos quadros de referência dos CAD (seja a nível do fenómeno em si, seja no que concerne à reorganização das políticas e respostas erigidas para a eles fazer face), reclamam ajustamentos, em ordem à manutenção e fomento da sua utilidade e aplicabilidade, garantido a eficácia, a qualidade e a sustentabilidade dos ganhos em saúde.

**Objetivo Operacional 2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos**

No âmbito da intervenção, o SICAD assegurará os procedimentos relativos às suas competências no âmbito do desenvolvimento de intervenções eficazes e adequadas às necessidades identificadas, baseadas em diagnósticos atualizados e robustos, centrados nos contornos atuais do fenómeno dos CAD, nas necessidades dos cidadãos em função dos diferentes níveis de risco, fase do ciclo de vida e variados contextos sociais onde os mesmos se inserem, nomeadamente, laboral, tutelar de menores, escolar, recreativo, entre outros. Neste sentido, impõe-se a promoção do desenvolvimento de intervenções estruturadas e eficazes, baseadas em modelos de boas práticas e na evidência científica. No que diz respeito aos objetivos estratégicos da intervenção em meio laboral, mantem-se a aposta em apoiar os trabalhadores e as empresas na minimização desta problemática, quer através da sensibilização para a dinamização de políticas de segurança e saúde das empresas, quer no suporte técnico para a elaboração e implementação de medidas efetivas no sentido da prevenção, redução e controlo dos CAD.

Numa linha de atuação já existente, surge agora a preocupação de alargar as ações de sensibilização sobre os riscos associados aos CAD junto a diversos grupos alvo e em diferentes contextos. Particularmente no que diz respeito à temática do consumo de álcool na evolução da gravidez, a necessidade da avaliação de impacto da campanha “Álcool e Grávidas”.

Por outro lado, no âmbito do acordo de cooperação estabelecido entre o Ministério da Defesa Nacional e vários parceiros para ampliar o campo de ação das comemorações do Dia da Defesa Nacional a uma perspetiva de educação para a cidadania, importa dar continuidade à resposta transversal já criada, a ser aplicada a todos os jovens no ano em que atingem os 18 anos de idade e coordenar a sua implementação a nível nacional, conjuntamente com as Administrações Regionais de

Saúde, I.P, monitorizando a intervenção realizada no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências no Dia da Defesa Nacional.

Tendo em conta a promoção de sinergias entre os diferentes quadros estratégicos dos Membros do Fórum Nacional Álcool e Saúde, será continuada a sua dinamização, com suporte técnico-científico no processo de elaboração/renovação ou implementação dos compromissos dos membros, a par da partilha de práticas e intervenções com parceiros estratégicos. Esta continuidade justifica o aperfeiçoamento a reestruturação do Diretório do Álcool, um recurso com valor para a dinamização do Fórum.

Considerando a importância estratégica e a abrangência da população jovem, considerou-se o enfoque na reestruturação do sítio infanto-juvenil “Tu-Alinhas” para âmbito da Prevenção dos CAD. O sítio, direcionado para jovens a partir dos 12 anos, assume um carácter lúdico-pedagógico e tem como objetivo geral a informação e a promoção de comportamentos saudáveis junto desta população.

No que diz respeito ao contexto recreativo, destaca-se a manutenção da parceria entre o SICAD, um produtor de eventos e uma universidade/centro de investigação, com responsabilidade nesta área, para dar continuidade à implementação de um projeto de investigação-ação, no sentido de consolidar a avaliação do processo e a eficácia do modelo criado para a intervenção em crise em ambientes recreativos, no âmbito da prevenção e RRMD.

No âmbito da prevenção seletiva e indicada, no atual ciclo estratégico pretende-se dar continuidade ao projeto de investigação-ação, em meio escolar e junto de jovens institucionalizados, contribuindo para o desenvolvimento saudável dos educandos da Casa Pia de Lisboa (CPL) numa perspetiva integrada e compreensiva. O objetivo do projeto é a implementação de um modelo de intervenção preventiva de carácter seletivo e indicado, adequada às necessidades e características dos grupos-alvo (educandos, famílias e agentes socioeducativos) dos 8 Centros de Educação e Desenvolvimento – CED da CPL.

Ainda no que se refere ao âmbito das crianças e jovens em risco, prevê-se a continuação da colaboração com a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, nomeadamente pelo desenvolvimento da articulação com esta Comissão e outros stakeholders fundamentais, no sentido da implementação de um protocolo neste âmbito.

A manutenção de uma linha telefónica de ajuda que pretende proporcionar aos seus utentes um espaço de informação correta e objetiva, em função das questões que lhe são dirigidas, baseando-se no rigor, credibilidade, imparcialidade da informação. Esta intervenção visa ainda aceder a grupos populacionais que não recorrem aos serviços de atendimento ao público.

**Objetivo Operacional 3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD**

A visão global, compreensiva e integrada dos comportamentos aditivos e das dependências determina uma atenção permanente à prestação dos cuidados efetivos aos cidadãos, concretizada em atividades de monitorização das intervenções enquanto garante da adequação das respostas prestadas, nos seus diferentes níveis de especialização. Em continuidade com o trabalho já iniciado em anos anteriores, nomeadamente no que se refere à Rede de Referência / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, o ano de 2016 será marcado pelo desenvolvimento da sua implementação, o que determinará o envolvimento da DPI nas tarefas de coordenação e participação em iniciativas de acompanhamento deste processo, em articulação com a as ARS, I.P., o SPMS e o ACSS.

**Objetivo Operacional 4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções**

O Programa de Respostas Integradas (PRI) é um programa de intervenção específica que integra respostas interdisciplinares e multisectoriais, com alguns ou todos os tipos de intervenção (prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico de um território identificado como prioritário. Com a implementação de respostas integradas, nos territórios onde já existem intervenções a decorrer e/ou onde existem meios que não estão suficientemente rentabilizados, pretende-se que seja feita uma reorganização dos recursos disponíveis, potenciando as mais-valias em função das necessidades identificadas. No caso de não existir qualquer resposta ou esta ser insuficiente, são abertos procedimentos concursais, de modo a colmatar as necessidades identificadas ou suprir áreas lacunares existentes. Pretende-se investir em programas e projetos que evidenciem qualidade técnica e um rigor de avaliação em termos de processo e resultados, baseados em instrumentos adaptados para esse fim.

Neste âmbito está previsto para 2016 o acompanhamento, monitorização e avaliação dos projetos em execução, inseridos nos Programas de Respostas Integradas e decorrentes dos procedimentos concursais realizados em 2014 e 2015, prevê-se ainda a abertura de novos procedimentos concursais. Irá dar-se continuidade, em estreita articulação com os interlocutores envolvidos na operacionalização das diferentes fases do PORI, à monitorização dos projetos, tendo por finalidade a harmonização das



práticas existentes nos diferentes níveis operacionais de intervenção, bem como assegurar a qualidade das intervenções junto dos grupos alvo.

A nível de outras intervenções, serão priorizadas as atividades de articulação com entidades que operam em áreas relevantes para a problemática dos CAD, visando a atualização de protocolos abrangentes, nomeadamente com o ISS, que permitam a agilização da prestação de cuidados integrados aos utentes das estruturas do terreno.

**Objetivo Operacional 5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD**

As atividades previstas no domínio do desenvolvimento do instrumento principal de monitorização e acompanhamento de evolução dos CAD terão em linha de conta a operacionalidade da ferramenta *Business Analytics* em 2016, o que determina algumas reformulações das iniciativas de recolha de informação relativa ao tratamento. Assim, para além de se manterem as tarefas relativas a monitorização dos dados do tratamento nos seus aspectos fundamentais, serão criados instrumentos de análise da informação, que poderão identificar mais claramente as evoluções do fenómeno, nomeadamente em populações em tratamento. Ficará desta forma reforçada a tomada de decisão em tempo útil, aos mais diferentes níveis (gestão clínica, intervenções), de forma a fomentar a adaptação ágil dos dispositivos às características do fenómeno e sobretudo às reais necessidades dos cidadãos com CAD, assim promovendo a eficácia e qualidade das intervenções, e consequentemente, maximizando os ganhos em saúde, que individual quer pública.

**Objetivo Operacional 6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD**

Para além de se continuar a privilegiar o conhecimento sobre estes fenómenos, em 2016 visar-se-á a planificação de intervenções, que neste âmbito, respondam adequada e eficazmente às necessidades identificadas. A concretização destes propósitos conduziu à inclusão no Plano de Atividades para este ano de iniciativas que visam o desenvolvimento de intervenção na problemática do jogo, bem como de uma proposta de projeto que fomente a promoção da utilização responsável do medicamento nas diferentes fases do ciclo de vida, em colaboração e articulação com *stakeholders* fundamentais em cada uma destas áreas.

### 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) OE12	1.1. a), f); 1.2. a); b); d);	OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD	Qualidade	I1.1.17. Desenvolvimento e Monitorização do Programa Eu e os Outros (nº reuniões)	Realização	4 (2015)	2	1	4	DPIC	AO	-	ARS, I.P.; ME; IPDJ; DGS; Região Autónoma dos Açores; CCD/Cabo Verde	**	13	1.5. 1.6. 1.7. 3.1. 3.2.
				I1.1.18. Implementação/desenvolvimento do Programa Eu e os Outros em novos contextos/parcerias nacionais e Internacionais (nº total de realizações/nº total de solicitações)	Realização	100% (2015)	80%	5%	100%	DPIC	AO	-	DRI; ME	** Concorre para o I9 do PE	13121	
				I1.1.22. Conclusão e divulgação das Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, em articulação com SH estratégicos (peritos, nomeadamente de Instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica) (em meses)	Resultado	-	10	1	8	DPI	AO	-	ARS, IP; Universidades; IPSS; ONG	* Concorre para o I42 do PE	103125	
				I1.1.23. Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção em CAD (meses)	Realização	-	11	1	9	DPI	AO	-	Assessoria; ARS, IP; Ordens Profissionais	* Concorre para o I42 do PE	103125	
				I1.1.24. Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção na problemática do Jogo (meses) QUAR	Realização	-	11	1	9	DPI	AO	-	Assessoria; ARS, IP; Universidades	* Concorre para o I42 do PE	103125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) OE12	1.1. a); f); 1.2. a); b); d);	OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD (continuação)	Qualidade	I1.1.25. Conclusão e divulgação do documento sobre normas e orientações técnicas em Unidades de Desabilitação (meses)	Resultado	-	11	1	9	DPI	AO	-	ARS, IP	* Concorre para o I42 do PE	103 125	1.5. 1.6. 1.7. 3.1. 3.2.
				I1.1.26. Revisão das Linhas Orientadoras do Programa "Eu e os Outros" (meses)	Realização	-	11	1	9	DPIC	AO	-	-	* Concorre para o I42 do PE	1 3	
				I1.1.27. Monitorização e avaliação do Modelo de Intervenção em Reinserção (n.º de relatórios)	Realização	-	1	0	1	DIT	AO	-	EMSI	* Concorre para o I42 do PE	82	
				I1.2.8. Dinamização de Grupo de Trabalho para a avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (n.º de reuniões)	Realização	-	4	1	6	DIT	AO	-	ARS,I.P.; Universidade de Coimbra	* Concorre para o I42 do PE	82	
				I1.2.9. Assinatura de protocolo com a Universidade de Coimbra e as ARS,IP para avaliação das linhas orientadoras para a mediação social e comunitária (nº de Protocolos)	Resultado	-	1	0	1	DIT	AO	-	ARS,I.P.; Universidade de Coimbra	* Concorre para o I42 do PE	82	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo; \*\* Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (OA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (OA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (OA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 2a) OE 4a) e b) OE 13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	Eficácia	I2.1.3. Desenvolvimento e monitorização da intervenção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências no Dia da Defesa Nacional (nº reuniões)	Realização	5 (2015)	4	1	6	DPIC	AO	-	ARS,I.P. MDN	Concorre para os I9 e I46 do PE	13	1.5. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10. 3.1. 3.2.
				I2.2.1. Planificação e realização de ações de sensibilização dirigidas a trabalhadores sobre os riscos associados aos CAD (nº de ações)	Realização	10 (2013) 5 (2014) 7 (2015)	10	1	12	DPIC	AO	-	ARS,I.P. Entidades Privadas	Concorre para o I19 do PE	38	
				I2.2.3. Renovação/Dinamização de protocolos para a intervenção/investigação no contexto do meio laboral (nº)	Resultado	1 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	1	0	2	DPI/DMI	AO	-	ARS,I.P. Entidades Privadas Universidades	** Concorre para o I9 do PE	313	
				I2.2.4. Participação em grupos de discussão interinstitucionais de âmbito nacional e internacional, no contexto dos CAD em meio laboral (nº de participações com a elaboração de um Relatório Final)	Resultado	3 (2013) 5 (2014) 7 (2015)	3	1	5	DPI/DMI	AO	-	Parceiros Sociais	**	313	

Legenda: (O) Obrigatório; (OA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I2.2.19. Ações de sensibilização dirigidas a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD (Nº ações)	Resultado	6 (2015)	9	1	11	DPIC	AO	-	-	Concorre para os I9 e I19 do PE	8	1.5. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10. 3.1. 3.2..
				I2.2.7. Apoio técnico e científico a entidades empregadoras e ou profissionais de segurança e saúde, relativamente aos CAD (nº total de respostas/nº total de pedidos de apoio)	Resultado	100% (2015)	90%	5%	100%	DPI/DMI	AO	-	-	-	3 13 125	
				I2.2.8. Ações de divulgação de boas práticas a entidades empregadoras (nº ações)	Resultado	4 (2013) 3 (2014) 4 (2015)	3	1	5	DPI/DMI	AO	-	-	-	3 6 7	
				I2.2.12. Desenvolvimento de documento de informação e suporte técnico-científico, dirigidos aos agentes do meio laboral relativamente aos CAD (em meses)	Realização	5 (2014) 12 (2015)	7	1	5	DPI/DMI	AO	-	Parceiros Sociais ACT DGS MSN/UTITA SPMT	** Concorre para o I42 do PE	3 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I2.2.15. Participação em reuniões de planeamento da implementação do protocolo com entidades públicas com intervenção dirigida a Crianças e Jovens em Risco (nº)	Realização	5 (2014) 0 (2015)	1	0	2	DIT	AO	-	CNPCJ	Concorre para o I45 do PE	3 6 7	1.5. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10. 3.1. 3.2.
				I2.2.14. Consultoria e suporte técnico no âmbito do desenho, implementação e avaliação de intervenções preventivas de carácter seletivo/indicado, dirigidas a crianças e jovens em risco em instituições tutelares e/ou outras (nº relatórios)	Realização	1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	DPIC	AO	-	ARS,I.P. Instituições Tutelares	-	1 3 4 13	
				I2.2.20. Consultoria e suporte técnico no âmbito da investigação, formação e avaliação de intervenções em diferentes contextos (nº de relatórios)	Realização	1 (2015)	1	0	1	DPIC	AO	-	Universidades Entidades privadas	Concorre para os I25 e I45 do PE	1 3 4 13	
				I2.3.5. Dinamização com suporte técnico-científico dos Membros do FNAS no processo de elaboração e/ou execução dos compromissos (% Membros com compromissos ativos)	Resultado	86% (2015)	90%	5%	100%	DPIC	AO	-	Parceiros Sociais	Concorre para os I24 e I25 do PE	1 13 20	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo;

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I.2.3.6. Reuniões de planeamento e operacionalização das políticas e intervenções com parceiros estratégicos (nº reuniões)	Realização	15 (2015)	10	2	13	DPI	AO	-	Parceiros Sociais	** Concorre para o I9 do PE	3 13	1.5. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10. 3.1. 3.2.
				I.2.3.9. Reestruturação do site "Diretório do Alcool" (meses)	Realização	-	11	1	9	DPI/D PIC DMI/ DIC	AO	-	-	*	20	
				I.2.4.1. Chamadas respondidas no serviço de atendimento telefónico Linha Vida 1414 (n.º)	Impacte	8155 (2013) 7860 (2014) 7413 (2015)	7500	1000	8700	DPIC	AO	-	-	-	13 19	
				I.2.4.4. Número de e-mails respondidos no serviço de e-mail da Linha Vida, face ao número de e-mails recebidos (%)	Impacte	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	DPIC	AO	-	-	**	1 13 19	
				I.2.4.8. Conclusão da Reestruturação do site: <a href="http://www.tu-alinhas.pt">www.tu-alinhas.pt</a> (em meses)	Resultado	12 (2015)	9	1	7	DPIC EMSI	AO	-	-	-	8 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4 a) e b) OE5 OE11	1.1. a); b); e)	OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD	Eficácia	I3.1.2. Coordenação e participação no Grupo Técnico de Acompanhamento da Rede de Referência/Articulação (n.º de reuniões com a realização de memorandos)	Resultado	2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	DPI	AO	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT ACSS SPMS	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT ACSS SPMS	Concorre para o I9 do PE	13 15	1.5. 1.6. 1.7. 3.1. 3.2.
				I3.1.4. Produção do Relatório Anual da Rede de Referência/Articulação (n.º)	Resultado	1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	DPI	AO	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT ACSS SPMS	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT ACSS SPMS	Concorre para os I9, I26 e I27 do PE	13 15 83	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo;



## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4 a) e b) OE6 OE13	1.1. c); d); e) 1.2. a); b); c); d); e) 13	OOp4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras intervenções	Qualidade	I4.1.4. Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº) QUAR	Realização	36 (2013) 77 (2014) 84 (2015)	73	10	84	DPI	AO	-	ARS, IP	** Concorre para os I20 e I10 do PE	14	1.5. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10. 3.1. 3.2.
				I4.2.11. Avaliação Intermédia e Final dos projetos no âmbito do PORI (percentagem de projetos)	Resultado	88% (2015)	60%	5%	70%	DPI	AO	-	ARS,IP	** Concorre para os I30 e I44 do PE	14	
				I4.2.12. Avaliação do impacto da campanha "álcool e Grávidas" (meses)	Realização	-	8	1	6	DPIC	AO	-	SPP	*	22 82	
				I4.2.14. Participação nos grupos de trabalho para a harmonização de estratégias no âmbito da intervenção e respostas em comportamentos aditivos e dependências no âmbito da segurança social (n.º de reuniões)	Realização	-	1	0	2	DIT	AO	-	ISS,IP	*	82	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015..

## 8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE13	1.2. b)	OOp5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD	Qualidade	I5.4.3. Definição de protocolos de monitorização dos dados clínicos, a partir da ferramenta <i>Business Analytics</i> , do SIM (nº documentos)	Realização	-	2	1	4	DIT	AO	-	EMSI	*	82	-
OE2a) OE7	1.2.e)	OOp6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD	Qualidade	I6.1.5. Elaboração do projeto de promoção da utilização responsável do medicamento nas diferentes fases do ciclo de vida (nº)	Realização	-	1	0	1	DPI	AO	-	INFARMED Ordens profissionais CONFAP ANF; AFP SPMGF SPGG; SP	*	13 28	1.6. 1.7.
				I6.1.6. Desenvolvimento dos mecanismos de colaboração interinstitucional no âmbito da problemática do Jogo (nº propostas)	Resultado	-	2	1	4	DPI Assessoria	AO		Universidades	*	13 28	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo;

## 8.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)

### 8.2.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Estatística e Investigação (DEI)** cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Promover o alargamento da rede de serviços fonte de dados no âmbito do sistema de informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, e desenvolver com esses serviços metodologias de recolha e análise de dados normalizadas com vista à identificação atempada de padrões e tendências que sirvam de apoio à decisão e às intervenções nestes domínios;
- b) Proceder à recolha e tratamento dos dados reunidos nos serviços públicos e organizações privadas com intervenção nestas áreas, incluindo as informações previstas no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro;
- c) Produzir informação específica para dar resposta a várias solicitações e diversos compromissos nacionais e internacionais, designadamente a elaboração de relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, e a resposta a questionários periódicos internacionais;
- d) Desenvolver e promover estudos no âmbito de projetos nacionais e internacionais sobre as diversas vertentes associadas ao fenómeno das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e as dependências;
- e) Acompanhar e prestar apoio técnico-científico a projetos de investigação no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente estudos de “investigação-ação” com vista a diagnósticos de necessidades e avaliação das intervenções;
- f) Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que facilite a difusão da cultura científica nestes domínios;
- g) Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas, designadamente as previstas nos artigos 7.º e 62.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro;
- h) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

À **Divisão de Informação e Comunicação (DIC)** cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a) e c) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Coordenar, dinamizar e atualizar os diferentes canais de informação, da responsabilidade do SICAD, nomeadamente site SICAD, Intranet, Diretório do Álcool e redes sociais;
- b) Recolher, tratar e divulgar a informação em diversos suportes, sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Assegurar o tratamento e divulgação do espólio documental do SICAD, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências e garantir o atendimento ao público que a ele se dirija;
- d) Desenvolver produtos de comunicação e divulgação através da gestão e criação de materiais gráficos e multimédia e apoiar na interação com a Imprensa;
- e) Apoiar a edição das publicações do SICAD e a divulgação de publicações nestes domínios;
- f) Assegurar a edição da revista científica Toxicodependências;
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

#### 8.2.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

**Objetivo Operacional 11. Divulgação e disponibilização de informação (comum à DEI e à DIC)**

*Um sistema de informação em saúde estabelece as bases para a tomada de decisão, tendo 4 funções fundamentais: geração de informação, compilação, análise e síntese, e comunicação e utilização (Health Metrics Network Framework and Standards for Country Health Information Systems, WHO, 2008).*

Neste sentido, são critérios consensuais para a avaliação da qualidade de sistemas de informação em saúde, a medida em que é produzida informação relevante, representativa da realidade que pretende espelhar, rigorosa, comparável no tempo e no espaço, regular, atual e clara, segundo diversos formatos e veículos de comunicação, de forma a estar acessível a diferentes tipos de público.

É segundo estes princípios que, o SICAD, através da DEI, se propõe em 2016 a apresentar 3 relatórios caracterizadores da situação do país, respetivamente em matéria de Drogas e Toxicodependência, de Álcool e de Jogo, referentes ao ano 2015. Estes relatórios coligem informação nacional que cumpre os critérios de qualidade nomeados nestas três áreas (incluindo os domínios da oferta e da procura), obtida através de múltiplos parceiros que integram o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências, a par da informação proveniente dos estudos representativos nacionais. Para além de uma descrição rigorosa e clara desta informação, e dado o seu potencial de comparabilidade, são identificadas tendências e contextualizada a situação portuguesa no quadro europeu. De notar que o Relatório Anual da Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência conta já com um histórico de cerca de 2 décadas, tendo o primeiro Relatório Anual da Situação do País em Matéria de Álcool sido apresentado em 2014 e o primeiro Relatório Anual da Situação do País em Matéria de Jogo em 2015, como reflexo do alargamento das competências deste organismo.

A um nível menos abrangente, a DEI prosseguirá, também, em 2016, com a apresentação de mais um Relatório Anual das Unidades de Desabituação Públicas, que compreende informação harmonizada sobre os utentes, bem como alguns indicadores de atividade, desta feita relativamente ao ano 2014.

Embora os respetivos indicadores estejam integrados noutros objetivos operacionais, é de referir ainda no domínio da apresentação de resultados de estudos, a divulgação prevista para este ano, dos resultados do ESPAD – *European School Survey Project on Alcohol and other Drugs* / ECATD-CAD - Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos, do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos dirigido a todos os Jovens com 18 anos em 2015, do Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos e do Estudo sobre os Efeitos da Dissuasão nos Indiciados, Baseado na atividade das CDT.

Neste âmbito, em 2016 pretende-se acentuar o investimento na produção de informação em diferentes suportes (relatórios científicos, relatórios de divulgação, sinopses, slides), línguas (para além da versão portuguesa, sinopse estatística nacional em inglês, sinopses de estudos em inglês) e veículos de comunicação (publicações em papel, na internet, apresentações públicas).

Adicionalmente, manter-se-á o nível de execução de 100% face a todos os pedidos de informação, quer no âmbito de compromissos interinstitucionais (disponibilização de informação sobre indicadores-chave e outros parâmetros de monitorização para o

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, Nações Unidas ou Organização Mundial de Saúde, por exemplo) ou noutros termos.

No que diz respeito à gestão e divulgação de informação de carácter técnico-científico o SICAD mantém em funcionamento o Centro de Documentação. Este serviço, especializado na área dos comportamentos aditivos e dependências, é um espaço dedicado à aquisição, tratamento, organização e gestão de documentação desta área. Destinado primordialmente a estudantes, investigadores, profissionais da área, constitui-se, também como uma mais-valia na disseminação de informação sobre CAD ao cidadão.

O Centro dispõe de uma base de dados, única no país, para pesquisa in loco e on-line contendo cerca de 35.000 registos. Esta base de dados é constituída por monografias, relatórios, trabalhos de investigação, obras de referência e publicações periódicas especializadas nacionais e estrangeiras. Para além desta informação com um carácter mais técnico-científico existe, também, informação noutros suportes, tais como, registos audiovisuais, notícias de imprensa escrita, relatórios e documentação temática em formato eletrónico. Em 2016 procurar-se-á dar continuidade ao trabalho desenvolvido, nomeadamente divulgando de forma sistemática, quer através das listas de distribuição especializadas (Imprensa, Legislação, Eventos e Informação Técnico-científica) quer através da disponibilização, presencial e on-line, de estudos e publicações nacionais e internacionais na área dos comportamentos aditivos e dependências.

Para além desta atividade o SICAD tem vindo a apoiar e a realizar a publicação de documentos de referência para esta área, nomeadamente no que diz respeito à publicação de Normas de Orientação para intervenção em CAD e de Teses de Doutoramento que pela sua qualidade se assumem como referência para os profissionais desta área.

Ainda no âmbito deste Objetivo operacional prevê-se a reedição/elaboração de material informativo sobre CAD que possa ser disponibilizado para utilização em vários contextos de intervenção.

#### **Objetivo Operacional 7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais**

No contexto das linhas de investigação tradicionais enquadram-se os estudos que são desenvolvidos com carácter periódico com vista à identificação de tendências no domínio dos comportamentos aditivos e dependências, tratando-se, sobretudo, de estudos representativos a nível nacional.

Em 2015, em articulação com o Ministério da Educação, procedeu-se á recolha de dados do ESPAD – *European School Survey Project on Alcohol and other Drugs*. Trata-se de um estudo epidemiológico, periódico (a cada 4 anos), iniciado em 1995, que se realiza em mais de 40 países europeus, em amostras representativas (a nível nacional) dos alunos que completam 16 anos no ano da realização do estudo, com vista a acompanhar a evolução dos consumos e a caracterização dos consumidores de substâncias psicoativas e, desde 2015, também de outros comportamentos aditivos sem substâncias (*Internet, gaming e gambling*).

Em Portugal, desde 2003, além dos alunos de 16 anos, este estudo integra amostras representativas, a nível nacional, de cada um dos grupos etários dos 13 aos 18 anos, tendo originado o ECATD, “Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas” ou ESPAD-Portugal, sendo os dados relativos aos 16 anos enviados para o estudo europeu (a partir de 2015 o ECATD passa a ser designado por ECATD-CAD, “Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos”). Estes estudos permitem assim comparar a situação de Portugal com as tendências a nível europeu (ESPAD/16 anos) e também comparar a evolução e tendências nos adolescentes dos vários grupos etários, a nível nacional (ECTAD/ESPAD-Portugal).

Em 2016 serão divulgados os resultados e apresentados os relatórios destes estudos (nacional e europeu), cujos dados, pela sua relevância, se constituem como indicadores de avaliação do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020.

Por sua vez, com o mesmo nível de relevo, em 2016 será aplicada, em parceria com uma Universidade/Centro de Estudos, mais uma edição do Inquérito ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral (15-74 anos), que inclui também uma componente referente ao jogo. Trata-se de um inquérito representativo a nível nacional, construído com indicadores comparáveis a nível europeu, seja no âmbito dos consumos de substâncias ilícitas, por referência aos parâmetros do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, seja no âmbito do álcool, por referência à Organização Mundial de Saúde. Desta forma, à semelhança do inquérito em meio escolar, permite situar os portugueses face aos cidadãos de outros países europeus neste domínio, identificar tendências e contribuindo também para a caracterização do cenário internacional em matéria de comportamentos aditivos. Os dados deste estudo são também incluídos como indicadores de avaliação do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020.

Por último, também enquadrado nas linhas de investigação tradicionais pelo seu carácter periódico, será aplicada em 2016 mais uma edição do Estudo sobre as Perceções, Crenças, Atitudes e Representações Sociais das Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências entre o Público Jovem do Festival Rock in

Rio-Lisboa 2016. Este estudo teve a sua primeira aplicação em 2008, repetindo-se em cada edição deste Festival (realizado de 2 em 2 anos), centrando-se, alternadamente, no tema das Drogas ou do Álcool. Em 2016 o tema principal serão as Drogas. Este estudo tem como principal objetivo identificar as representações sociais por parte da população jovem presente neste festival em torno da droga e dos toxicodependentes, bem como analisar as perceções acerca da evolução do fenómeno e o conhecimento da legislação conexa.

#### **Objetivo Operacional 8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação**

Neste objetivo operacional enquadram-se os projetos de investigação que pretendem responder a necessidades mais específicas de informação (públicos, contextos, fenómenos específicos), que se referem a abordagens distintas (de investigação-ação, avaliação de intervenções, estudos qualitativos) e/ou que são particularmente inovadores.

Neste âmbito, para 2016 prevê-se o desenvolvimento de três projetos: o Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos dirigido aos Jovens que participam no Dia da Defesa Nacional, o Estudo sobre os Efeitos do Dispositivo da Dissuasão nos Indiciados, Baseado na Atividade das CDT e o Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos.

O primeiro inquérito começou a ser aplicado a nível nacional em 2015 no âmbito da iniciativa Dia da Defesa Nacional, da responsabilidade do Ministério da Defesa Nacional. No âmbito desta iniciativa, todos os jovens de 18 anos residentes em Portugal são convocados a participar num programa de atividades que inclui o preenchimento de alguns questionários sobre temas diversos. No âmbito da parceria com o SICAD é apresentado um questionário sobre comportamentos aditivos. Trata-se de um inquérito da maior relevância, tendo em conta que consiste num recenseamento dos jovens de 18 anos a este nível. Em 2016 será elaborado um relatório com os resultados deste estudo relativamente aos jovens com 18 anos em 2015, desencadeando-se, por sua vez, a sua aplicação aos jovens com 18 anos em 2016.

O estudo sobre os Efeitos do Dispositivo da Dissuasão nos Indiciados, Baseado na Atividade das CDT começou a ser aplicado em 2014, terminando esta etapa no final do 1º trimestre de 2016. Trata-se de um estudo longitudinal que procurará identificar alterações de conhecimentos, representações e comportamentos nos jovens



indiciados, entre o primeiro contacto com a CDT no âmbito de um novo processo e a data do arquivamento do mesmo. Estas alterações serão por sua vez analisadas à luz da intervenção desenvolvida com cada jovem. Trata-se de um primeiro estudo de âmbito nacional sobre um dispositivo altamente inovador no plano internacional no contexto das políticas relativas às drogas. Em 2016 será apresentada uma sinopse dos resultados deste estudo.

Finalmente, prevê-se ainda para este ano a apresentação do relatório do Inquérito sobre Comportamentos Aditivos em Jovens Internados em Centros Educativos. Trata-se de um estudo aplicado em 2015 em todos os Centros Educativos do país, que pretende contribuir para o aumento do conhecimento sobre os comportamentos aditivos destes jovens (substâncias ilícitas, álcool, jogo), sua relação com a prática de crimes e identificação de fatores associados. A última edição de um estudo nacional junto destes jovens reporta aos anos 90, pelo que este estudo permitirá atualizar a informação sobre estes jovens neste domínio.

**Objetivo Operacional 9. Criação de mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação**

Um Sistema Nacional de Informação credível, quer pela abrangência das fontes de informação, pela relevância da informação recolhida e pelo rigor na recolha, análise e apresentação da informação é um pilar fundamental para a definição e avaliação de políticas e de intervenções.

O SICAD, através da DEI, coordena o Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências, que inclui informação nos domínios da oferta e da procura (de substâncias ilícitas, álcool, jogo). Adicionalmente, contribui para a própria alimentação deste sistema, na medida em que uma série de reservatórios de dados no domínio do tratamento são atualizados centralmente.

Ao longo dos anos tem-se apostado no alargamento dos serviços fonte, com particular investimento nas áreas do álcool e do jogo, processo em que se pretende persistir, sobretudo no que diz respeito ao jogo. A par deste processo, tem-se investido na adaptação e construção de novos indicadores, de acordo com alterações nos parâmetros da informação solicitada a nível internacional.

Neste contexto, foi iniciado no ano anterior, na sequência do RAHRA – WP4/Monitorização, um processo de construção de um questionário com indicadores comparáveis a nível europeu no domínio do álcool. Portugal é representado pelo CICS.Nova, com acompanhamento da DEI. No âmbito deste trabalho, previa-se para 2015 a apresentação por este Centro de Estudos de um relatório sobre formas de quantificação do consumo de álcool em Portugal, que passará a ser apresentado em 2016. Este tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da informação disponibilizada na área do álcool, designadamente a medição do consumo de álcool *per capita*.

**Objetivo Operacional 10. Implementação de procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH**

No âmbito do projeto *European Research Area Network on Illicit Drugs* (ERANID), ocorreu, em 2015, o lançamento do concurso de investigação (multidisciplinares e multinacionais), cabendo a Portugal o papel de *Joint Call Secretariat*. Devido a um re-

calendarização deste processo a nível europeu, a sua conclusão ocorrerá apenas em 2016, com a divulgação da lista de projetos a serem financiados na 1ª *Joint Call*, depois de concluído o processo de avaliação das candidaturas.

Em 2016 dar-se-á ainda continuidade ao investimento no trabalho em rede no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Substâncias Psicoativas, Comportamentos Aditivos e Dependências.

### **Objetivo Operacional 12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação**

Em relação à área de Comunicação o SICAD tem a sua estratégia enquadrada através do Plano de Comunicação Integrada (PCI) que inclui, a definição de estratégias de atuação, quer ao nível da comunicação interna quer ao nível da comunicação externa, que potenciem o papel do SICAD, enquanto serviço coordenador na área dos comportamentos aditivos e dependências, nesse sentido procurar-se-á, durante o ano de 2016, consolidar a sua implementação através da concretização de ações consideradas fundamentais.

No que diz respeito à organização e apoio a eventos, para além dos eventos habituais tais como organização do Fórum Nacional Álcool e Saúde e da Cerimónia de Apresentação do Relatório Nacional à Assembleia da República entre outros, destacamos para o ano de 2016, a organização do II Congresso SICAD.

A imagem institucional do SICAD, tanto ao nível interno como ao nível externo, está bem definida pelo trabalho efetuado nos anos transatos. Em 2016, o SICAD continuará a desenvolver, gerir e construir uma imagem consolidada da sua “marca” nos seus produtos e serviços que contribua para a melhoria dos processos de trabalho e tarefas inerentes aos seus profissionais, mas, também, que reflita a missão e os valores do SICAD, tornando-se assim, uma mais-valia para os profissionais e os cidadãos que usufruem dos produtos e serviços desenvolvidos por este Serviço.

É, também, um dos objetivos prioritários para a área de comunicação do SICAD manter o tema dos comportamentos aditivos e dependências na ordem do dia. Para esse efeito procuraremos, em 2016, continuar a desenvolver a área de relações públicas, bem como um contacto próximo com a imprensa nacional e estrangeira.

**Objetivo Operacional 13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação**

Assumindo que as novas tecnologias, enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação, se assumem hoje como uma ferramenta essencial quer ao nível da comunicação interna quer ao nível da comunicação externa das organizações o SICAD tem procurado potenciar esta área a nível interno, nomeadamente através da Intranet. Neste sentido, potenciar a utilização da Intranet no SICAD, introduz como vantagens imediatas a partilha alargada de recursos de informação e utilitários, a circulação eficiente de informação interna, bem como o uso de um conjunto de recursos e serviços estáveis, fiáveis e abrangentes.

Sendo a página eletrónica do SICAD um excelente veículo de comunicação, já que facilita aos utilizadores o acesso imediato a todo o tipo de informação considerada relevante na área dos CAD, é extramente importante a sua constante dinamização e atualização com conteúdos pertinentes e credíveis. Nesse sentido em 2016 o SICAD apostará na continuidade deste trabalho procurando potenciar esta ferramenta fundamental na comunicação das instituições com o seu público-alvo. Uma das prioridades para o ano de 2016 será a de potenciar o *site* SICAD permitindo a divulgação de informação disponibilizada, também, nas redes sociais

Em relação à página eletrónica do Diretório do Álcool esta constitui-se como um instrumento acessível e aglutinador de informação sobre uso nocivo do álcool. Assim, em 2016, O SICAD continuará a trabalhar tendo por objetivo tornar esta plataforma a referência informativa nacional para a temática do álcool.

No que diz respeito à *Joint Action* RAHRA decidiu-se pela criação de dois *sites* independentes (RARHA e RARHA Membro) esta opção exigirá, em 2016, a continuidade da sua gestão e a atualização.

Importa, também, referir, no âmbito do Programa COPOLAD (*Programa de Cooperación entre América Latina y la Unión Europea en Políticas sobre Drogas*) o SICAD, através da DIC, participa ativamente na criação e implementação de uma base de dados, BIDA- Biblioteca Ibero-americana de Dependências, tendo assumido um compromisso na gestão e introdução de registos bibliográficos, de documentos nacionais e divulgação do catálogo de revistas assinadas pelo Centro de Documentação do SICAD. Para além destas atividades cumpre-lhe, ainda, responder às várias solicitações dos parceiros envolvidos na divulgação e disponibilização de documentos técnico-científicos na área das dependências. Importa referir que a BIDA

é uma plataforma virtual para a gestão descentralizada e especializada na área da informação e conhecimento em drogas e dependências.

Para além desta atividade destacamos para 2016 a consolidação da presença do SICAD nas Redes Sociais, *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, nomeadamente através da partilha de informação técnica e científica relativa aos CAD, mas também ao nível da produção e edição de conteúdos em formato multimédia que permitam, de uma forma apelativa, a disseminação de mensagens informativas e preventivas nas Redes Sociais. Para a prossecução deste objetivo foi criado, em 2015, o Grupo de Trabalho da Comunicação que permite a ligação direta desta Divisão a todas as unidades orgânicas do SICAD.

**Objetivo Operacional 23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas**

Em 2015, o SICAD continuará a assegurar os procedimentos relativos às suas competências no âmbito do mercado lícito de drogas (designadamente as previstas nos artigos 7º e 62º do Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de janeiro e no artigo 12º do decreto Regulamentar nº 61/94 de 12 de outubro). Neste âmbito, assegurará a manutenção das bases de dados sobre pedidos de licenciamento, comunicações de importações/exportações e pedidos de cedência de drogas para fins didáticos ou de investigação, dando resposta a todas as solicitações nesta matéria.

8.2.3. DMI - Direção de Serviços de Monitorização e Informação - Objetivo comum à DEI - Divisão de Estatística e Investigação e à DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016(O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE9	2.1. c); h) 2.2. b), e), g)	OOp11. Divulgação e disponibilização de informação	Qualidade	I11.1.1.Reservatórios de dados disponibilizados face aos solicitados (de acordo com critérios) (%)	Realização	100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	DEI	AO	-	-	Concorre para o I1 do PE	79;80; 92;93	1.1 1.4. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10.
				I11.2.1. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2015 (em meses) QUAR	Resultado	12 (2013) 11 (2014) 11 (2015)	11	0	10	DEI	AO	-	-	** Concorre para o I2 do PE	92 93	
				I11.2.2. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2015 (em meses) QUAR	Resultado	12 (2014) 12 (2015)	12	0	11	DEI	AO	-	-	*** Concorre para o I2 do PE	92 93	
				I11.2.7. Conclusão do Relatório Anual sobre as Respostas e Intervenções no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências - 2015 (em meses)	Resultado	12 (2015)	12	0	11	DIC	AO	-	Subcomissões de acompanhamento do PNRCAD			
				I11.2.5.Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Jogo – 2015 (em meses)	Resultado	-	12	0	11	DEI	AO	-	-	*** Concorre para o I2 do PE	92 93	
				I11.2.6. Conclusão do Relatório Anual das Unidades de Desabituação Públicas – 2014 (em meses)	Resultado	11 (2013) 10 (2014) 7 (2015)	7	0	6	DEI	AO	-	-	-	-	
				I11.2.3. % de respostas a compromissos interinstitucionais dentro dos prazos	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DEI	AO	-	-	Concorre para o I36 do PE	79 80	
				I11.2.4. % de respostas a outros pedidos de informação	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DEI	AO	-	-	Concorre para o I36 do PE	79 80	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\*\* Não há progressão da meta devido à redução de recursos humanos da unidade DEI; \*\*\*Não há progressão da meta pois não há recursos humanos suficientes para tal;

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

8.2.3. DMI - Direção de Serviços de Monitorização e Informação - Objetivo comum à DEI - Divisão de Estatística e Investigação e à DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016(O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE9	2.1. c); h) 2.2. b), e), g)	OOp11. Divulgação e disponibilização de informação	Qualidade	I11.3.1. Novos registos em bases de dados bibliográficas (Nº)	Resultado	1579 (2013) 897 (2014) 1553 (2015)	1.000	100	1.101	DIC	AO	-	-	-	104	1.1 1.4. 1.6. 1.7. 1.8. 1.10.
				I11.5.1. Publicações editadas (N.º publicações editadas ou reeditadas 2015 / N.º de solicitações para editar ou reeditar publicações)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD e entidades colaboradoras	-	103	
				I11.5.2 Divulgação de materiais informativos ou preventivos (Nº de materiais informativos ou preventivos divulgados/Nº de solicitações)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016(O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE3 OE9 OE10	2.1. d)	OOp7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais	Qualidade	I7.1. 3. Relatório do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (n.º) QUAR	Realização	-	11	1	9	DEI	AO	Coordenação Europeia do projeto + coordenadores nacionais	35/40 Países participantes	* Concorre para o I1, I35 e I37 do PE	85 92 93	1.6. 1.7. 1.10. 1.11.
				I7.4.3. Recolha de dados no âmbito do estudo sobre as perceções, crenças, atitudes e representações sociais das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências (Droga) entre o público jovem do Rock in Rio - 2016 (em meses)	Realização	5 (2014)	5	0	5	DEI	AO	-	-	* ** Concorre para o I29 e I37 do PE		
				I7.6. Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal 2016 (em meses) QUAR	Realização	12 (2012)	12	0	11	DEI	AO	SICAD/ Universidade	SICAD/ Universidade	* *** Concorre para o I37 do PE	85 92 93	
OE1 OE3 OE7 OE9 OE10	2.1. d); e;	OOp8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação	Qualidade	I8.2.3. Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos, dirigido aos jovens que participaram no Dia da Defesa Nacional - 2015 (nº)	Resultado	-	1	0	1	DEI	AO	MDN	MDN/ ARS	* Concorre para o I1, I35 e I38 do PE	85 92 93	1.6. 1.7. 1.10. 1.11.
				I8.3.13. Sinopse dos resultados do estudo sobre os efeitos do dispositivo da Dissuasão nos indiciados (nº)	Resultado	-	1	0	1	DEI	AO	-	EMPECO	* Concorre para o I1 e o I38 do PE	85 92 93	
				I8.3.14. Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em jovens em Centros Educativos (nº)	Resultado	-	4	0	3	DEI	AO	-	DGSPR	* Concorre para o I1, I35 e I38 do PE	85 92 93	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo;

\*\*Não se propõe uma progressão da meta uma vez que a data de recolha de dados é determinada pela data do festival.

\*\*\* Não se propõe uma progressão da meta uma vez que o início da aplicação do estudo depende da aprovação do Ministério das Finanças.



## 8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2 OE4 OE9 OE11 OE13	2.1. a); b)	OOp9. Criação de mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação	Qualidade	I9.2.2. Relatório do estudo sobre a medição da quantidade de álcool ingerida em Portugal (nº)	Realização	-	1	0	1	DEI	AO	-	-	Concorre para o I34 do PE	79 80	1.6. 1.7. 1.10.
				I9.3.1. Serviços fonte de dados da rede do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, com informação recolhida (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	-	100%	DEI	AO	-	Serviços Fonte de Dados (Interministeriais)	-	79 80 81 92 93	
				I9.3.2. Atualização anual dos reservatórios de dados provenientes dos serviços do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências (em meses)	Realização	9 (2013) 8 (2014) 8 (2015)	8	1	6	DEI	AO	-	Serviços Fonte de Dados (Interministeriais)	**	79 80 92 93	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\* Indicador Novo;

\*\*Não se propõe progressão da meta em virtude de não existirem recursos humanos suficientes para tal.

## 8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE11 OE2 OE3	2.1. a); c); f)	OOp10. Implementação de procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH	Eficácia	I10.3.7. ERANID - Lista de projetos a serem financiados na 1ª <i>Joint Call</i>	Resultado	-	1	0	1	DEI	AO	-	ZonMW (coord.); BELSPO, IVS, DPA, NWPPO	-	89	1.4. 1.6. 1.7. 1.10.
OE3	2.1. g)	OOp.23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas	Eficácia	I23.1. % de solicitações com resposta dada dentro dos prazos definidos	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0	100%	DEI	AO	Infarmed, PJ, Tribunais, AT	Infarmed, PJ, Tribunais, AT	Concorre para o I36 do PE.	-	1.4 1.6. 1.7.

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.2.5. DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE2 OE15 OE16	2.2. a), d); g)	OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação	Qualidade	I12.1.6. Relatório de Avaliação da área de Comunicação interna e externa (em meses) (QUAR)	Resultado	-	10	1	8	DIC	AO	-	-	* Concorre para o I5 do PE	-	1.7. 1.8. 1.10.
				I12.2. Apoio e organização de eventos (n.º)	Resultado	9 (2013) 10 (2014) 6 (2015)	7	1	9	DIC	AO	-	EMPECO DGR	Concorre para o I3 do PE	89 101	
				I12.3.2. Elaboração e atualização de peças gráficas de carácter institucional (nº).	Resultado	33 (2014) 29 (2015)	30	2	33	EMSI	AO	-	DIC	-	-	
				I12.4.2. Acompanhamento aos pedidos de informação da imprensa referenciados pela direção (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DIC	AO	-	-	-	-	
OE1 OE11 OE15 OE16	2.2. a), b)	OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação	Eficácia	I13.1.1 Atualização da intranet SICAD	Realização	100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD	Concorre para os I49 e I52 do PE	-	1.7. 1.8. 1.10.
				I13.2.7. Atualização e monitorização do site RARHA	Realização	100% (2015)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Entidades parceiras RARHA	-	100	
				I13.2.5. Atualização e monitorização do site SICAD	Realização	100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD e CDT	Concorre para o I52 do PE	92 93 99	
				I13.2.6. Relatório de monitorização do site SICAD e do Diretório do Alcool (n.º)	Realização	1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	DIC	AO	-	-	Concorre para o I4 do PE	-	
				I13.3.2. Atualização do diretório do álcool	Realização	100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	DPI e membros do FNAS	-	100	
				I13.3.5. Atualização e manutenção dos perfis SICAD nas Redes Sociais (Facebook, Twitter e Youtube)	Realização	-	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD e CDT	*	100	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo;

### 8.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

#### 8.3.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Gestão de Recursos** compete:

- a) Elaborar e gerir os mapas de pessoal do SICAD e CDT mantendo atualizado o sistema de informação de organização do Estado;
- b) Efetuar o processamento das remunerações e outros abonos, assegurar o processamento dos descontos, o controlo de assiduidade, elaborar os mapas de férias e organizar e manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores do SICAD e CDT;
- c) Executar os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público dos trabalhadores do SICAD e CDT, bem como organizar e instruir processos de nomeação e renovação de comissões de serviço de pessoal dirigente;
- d) Assegurar a receção, registo, distribuição e expedição de toda a correspondência, bem como assegurar o trabalho de reprografia e da central telefónica;
- e) Aplicar o Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 2 e 3) do SICAD e das CDT e elaborar o balanço social;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos trabalhadores do SICAD e das CDT;
- g) Elaborar, planear e gerir os orçamentos de funcionamento, de investimento e assegurar a sua execução, bem como elaborar a conta de gerência;
- h) Assegurar o cumprimento integral de todo o sistema de contabilístico imposto pelo POCP e demais legislação relacionada e assegurar o desenvolvimento das ações necessárias ao cumprimento de todas as obrigações de natureza contributiva e fiscal;
- i) No âmbito do Plano Anual de Compras (PAC) executar os procedimentos para aquisição de bens e serviços, assegurar a gestão dos bens consumíveis, preparar e executar os contratos de fornecimento de serviços;
- j) Manter atualizado o cadastro e inventário dos bens de património, assegurar as atividades de manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos, bem como atualizar as bases de dados referentes ao património (imóveis, parque automóvel, inventário);
- k) Planificar e gerir os recursos informáticos e a rede de comunicações;
- l) Apoiar os utilizadores na exploração dos sistemas informáticos;

- m) Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna;
- n) Monitorização do funcionamento dos *sites* Internet e intranet;
- o) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

Atendendo à importância crescente da área dos sistemas de informação tornou-se necessário constituir uma Equipa Multidisciplinar que englobou as atribuições referidas nas alíneas k), l), m) e n) acima mencionadas tal como consta do despacho n.º 328/2014, de 8 de janeiro.

### 8.3.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

#### **Objetivo Operacional 16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos**

Destacam-se as seguintes ações a desenvolver em 2016:

- Plano interno para a qualidade
- Implementação de um serviço de saúde ocupacional
- Acompanhamento dos processos de avaliação de desempenho harmonizados e transparentes
- Elaborar o Plano de Formação do SICAD
- Elaborar o Plano de Formação das CDT

#### **Objetivo Operacional 17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais**

Neste âmbito destacam-se as seguintes ações:

- Promover a preparação, execução e gestão do orçamento do SICAD.
- Processar e liquidar as despesas autorizadas
- Executar os procedimentos para a aquisição de bens e serviços, nomeadamente a aquisição centralizada do cloridrato de metadona.

## 8.3.3. DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE 8 OE 14 (O)	3.2.a) ; b);c); e); f)	OOp16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos	Qualidade	I16.4. Plano de Formação do SICAD e CDT (em meses)	Realização	11 (2013)	5	1	3	DGR/ EMPECO	AO	-	-	-	-	-
				I16.6. Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%) QUAR	Impacto	68% (2011) 88% (2012) 100% (2013) 86% (2014) 68% (2015)	60%	10%	71%	DGR	AO	-	-	** Concorre para os I47 e I48 do PE	-	
				I16.12. Procedimentos concursais internos (tempo de execução das tarefas, desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Impacto	6 (2015)	4	1	6	DGR	AO	-	-	***	-	
				I16.8. Relatório estatístico do Balanço Social do SICAD e das CDT (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	15 (2015)	10	1	12	DGR	AO	-	ACSS/ DGAEP	***	-	
				I16.9. Atualização do sistema de informação de organização do Estado (SIOE) - (janeiro, abril, julho e outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	2 (2015)	2	1	4	DGR	AO	-	-	-	-	
				I16.10. Mapas mensais de pessoal do SICAD e das CDT e mapas de efetivos (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	2 (2015)	2	1	4	DGR	AO	-	-	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

\*\*\* Considerando a falta de RH não é possível indicar a progressão da meta relativa ao ano 2015

## 8.3.3 DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 (O)	3.2. g); h); i); j);	OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais	Eficiência	I17.1. Preparação, execução e gestão do orçamento do SICAD. (em meses)	Realização	12 (2013) 12 (2014) 12 (2015)	12	0	12	DGR	AO	-	-	-	-	-
				I17.2. Processar e liquidar as despesas autorizadas (em meses)	Realização	12 (2013) 12 (2014) 12 (2015)	12	0	12	DGR	AO	-	-	-	-	
				117.3.11. Percentagem de redução de despesas de funcionamento em relação ao orçamento corrigido.	Realização	5% (2014) 0% (2015)	3%	1%	5%	DGR	AO	-	-	-	-	
				I17.3.2. Registo e atualização dos contratos plurianuais no sistema (SCEP) (janeiro, abril, julho, outubro) (desvio de antecipação, em n.º de dias).	Realização	12 (2015)	15	1	17	DGR	AO	-	-	-	-	
				I17.3.3. e 3.4. Atualização mensal das plataformas relativas aos imóveis (SIIE), Parque veículos do estado (SGPVE). Prestação trimestral de 80% dos consumos energéticos. Relatórios de publicidade institucional (janeiro, abril, julho e outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	5 (2015)	5	1	7	DGR	AO	-	-	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.3.3 DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013- 2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 (O)	3.2. g); h); i); j);	OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais (continuação)	Eficiência	I17.3.5. Efetuar o Plano anual de compras (desvio de antecipação, nº de dias úteis, da apresentação do documento)	Realização	7 (2015)	5	1	7	DGR	AO	-	-	-	***	-
				I17.3.6. Assegurar as respostas a solicitações externas de informação nas áreas: recursos humanos, económica e financeiros e compras (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis, da apresentação da informação)	Realização	3 (2015)	2	1	4	DGR	AO	-	-	-	-	
				I17.3.7. Publicação de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviço no portal BASE.GOV. (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis, da publicação).	Realização	2 (2015)	5	1	7	DGR	AO	-	-	-	-	
				I17.3.9. Apoio administrativo e logístico às CDT. (após a solicitação da intervenção, a resposta num prazo máximo de dias).	Realização	2 (2015)	6	1	4	DGR	AO	-	-	-	-	
				I17.4. Preparação, elaboração e apresentação do Orçamento do SICAD para 2016 (duração dias)	Realização	45 (2013) 15 (2014) 20 (2015)	30	5	24	DGR	AO	-	-	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

\*\*\* Considerando a falta de RH não é possível indicar a progressão da meta relativa ao ano 2015.



## 8.3.3 DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013- 2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 (O)	3.2. g); h); i); j);	OOp17. Planejar e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais (continuação)	Eficiência	117.3.10. Reporte anual à Inspeção Geral de Finanças, janeiro, das subvenções concedidas em 2014. (desvio de antecipação, em n.º de dias).	Realização	5 (2015)	5	1	7	DGR	AO	-	-	-	-	-
				117. 5. Conta de Gerência de 2014 (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	2 (2015)	3	1	5	DGR	AO	-	-	-	-	
				117.16. Prestação mensal de informação à DGO sobre Fundos disponíveis, deslocamentos e estadas, mapas dos pagamentos em atraso, Unidade de tesouraria, previsão mensal da receita e da despesa (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	1 (2015)	2	1	4	DGR	AO	-	-	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI)

### 8.4.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Relações Internacionais**, cabe-lhe o exercício das competências definidas na alínea e) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Acompanhar a política de relações internacionais, no domínio das competências e atribuições do SICAD, assegurando a participação e promovendo a coordenação da representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da União Europeia, bem como noutros fora de âmbito internacional;
- b) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado Português, decorrentes de instrumentos internacionais, no âmbito das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- c) Assegurar a articulação permanente com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, nomeadamente através do cumprimento das suas obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências e garantindo a implementação do Acordo Anual de Subvenção REITOX;
- d) Estabelecer relações de cooperação com entidades congéneres e analisar as implicações resultantes da participação de Portugal em acordos e projetos de cooperação multilateral ou bilateral no domínio das competências e atribuições do SICAD, bem como acompanhar a sua execução;
- e) Promover a participação em programas/projetos de âmbito internacional, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que permitam o intercâmbio de boas práticas e de experiências;
- f) Promover a divulgação de projetos e boas práticas nacionais junto de outros países e organizações internacionais interessados;
- g) Promover e coordenar a resposta a questionários solicitados por organizações internacionais em matérias da competência do SICAD;
- h) Organizar, acompanhar e apoiar a visita de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal no âmbito das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na

coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

#### 8.4.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

**Objetivo Operacional 14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional**

Em 2016, o SICAD continuará a assegurar a representação nacional nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas (GHD) – grupo transpilar do Conselho da União Europeia responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas. Um dos principais temas que se irá discutir no decorrer deste ano continuará a ser o novo instrumento jurídico relativo às novas substâncias psicoativas. A Comissão Europeia apresentou a proposta em outubro de 2013, com o intuito de reforçar a capacidade da UE responder ao problema destas substâncias usadas como alternativa às drogas ilícitas. O assunto tem sido discutido de forma sistemática e com o objetivo de se negociar um texto de compromisso, mas os debates têm sido inconclusivas e continuarão no decorrer de 2016. Também a preparação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS), que terá lugar em abril de 2016, nomeadamente a posição comum da UE face a este evento, ocupará grande parte das agendas do GHD no primeiro semestre de 2016.

O SICAD assegurará igualmente a representação nacional nas Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga, organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da União Europeia (Países Baixos e Eslováquia). Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional, a análise das possibilidades de reforço da cooperação e a discussão de temas específicos de interesse comum.

Em matéria de política de álcool, o SICAD acompanhará os trabalhos desenvolvidos no quadro da União Europeia, designadamente o Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool (CNAPA), no qual estão representados todos os Estados-membros da UE. Este Comité tem por objetivo coordenar as políticas desenvolvidas para reduzir os efeitos nocivos do álcool a nível nacional e local, com base nas boas práticas identificadas na Estratégia da UE para apoiar os Estados-membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool. Em 2016, à semelhança do que aconteceu em 2015, o trabalho deste Comité assumirá particular relevância na medida em que a grande maioria dos Estados Membros tem vindo a apoiar fortemente a continuação dos esforços a nível da UE para combater os efeitos nocivos do álcool e, neste sentido, têm

sido dado sinais de que a Comissão Europeia deverá prosseguir o seu trabalho em matéria de álcool e saúde, e desta forma, desenvolver uma nova estratégia europeia sobre o álcool.

Assim, em 2016, continuarão a ser desenvolvidos esforços ao nível do Conselho e dos Estados Membros, no sentido de se apoiar politicamente a elaboração de uma nova estratégia, exortando a Comissão Europeia a propor, em coordenação com os Estados Membros, uma nova estratégia da UE em matéria de álcool.

Por outro lado, importa referir que o SICAD, em 2016, continuará a seguir os desenvolvimentos relativos à temática "*Towards better prevention and management of chronic diseases*" na medida em que a DG SANTE (da Comissão Europeia), e concretamente o Comissário Europeu da Saúde e Segurança Alimentar, se propõe abordar todas as temáticas "saúde" no quadro mais vasto das doenças crónicas.

No contexto da Nações Unidas, o SICAD participará, como habitualmente, na 59ª sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND), estrutura que, no âmbito das Nações Unidas, é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicodependência. Esta 59ª sessão, a ter lugar imediatamente antes da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS), incluirá, a par do segmento regular, um segmento especial de preparação da UNGASS, que terá lugar em abril de 2016. O SICAD participará ativamente na preparação desta sessão e coordena a representação nacional.

2016 será, pois, marcado, por um lado pela fase final do processo preparatório da UNGASS, no qual Portugal tem vindo a assumir um protagonismo acrescido, na medida em que exerce uma das vice Presidências do Board encarregue da sua preparação, e por outro lado pela realização da própria Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS). Esta terá lugar em Nova Iorque, de 19 a 21 de abril de 2016, sendo um evento que se reveste da maior importância na medida em que será um marco importante na avaliação da implementação da Declaração Política e do Plano de Ação sobre cooperação internacional com vista a uma estratégia integrada e equilibrada para enfrentar o problema mundial da droga, adotados em 2009, e que constituem os atuais documentos estratégicos de atuação das Nações Unidas nesta matéria.

Com a adoção, na 63ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde, da Estratégia Global para reduzir os efeitos nocivos do álcool foi estabelecida uma rede de parceiros nacionais (*national counterparts*) que supervisionam a implementação da Estratégia nos seus países, garantindo uma colaboração estreita e eficaz entre os Estados Membros e a Organização Mundial da Saúde (OMS/Europa). Esta rede de *national counterparts* reúne-se, por norma, uma vez por ano, promovendo a discussão técnica

da implementação da Estratégia nos seus diferentes níveis. O SICAD assegurará a representação nacional na reunião a decorrer em 2015.

No âmbito das atividades do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, para além do acompanhamento regular da implementação do Programa de Trabalho 2015-2018, subordinado ao tema *'Drug policy and human rights: new trends in a globalised context'*, é de assinalar a participação nacional em atividades sobre temáticas específicas, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido a nível nacional em várias vertentes. De referir em particular, a participação nas atividades da rede Med-Net (*Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions*), que visa promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e a partilha de conhecimento entre os países participantes (Argélia, Chipre, Egito, França, Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Portugal e Tunísia). Em 2016, e no que releva da participação de Portugal, prevê-se a presença no seminário sobre Tratamento de Substituição Opiácea. Esta atividade dá continuidade ao seminário realizado em Argel em 2015. A experiência de Portugal nesta matéria, designadamente no que respeita à produção e abastecimento dos medicamentos para este tipo de tratamento, é uma importante mais valia. No âmbito dos objetivos da Rede MedNET de partilha de conhecimento Norte-Sul e reforço das políticas dos países do Sul do Mediterrâneo, Portugal receberá em 2016 uma delegação do Egito, para estudar as modalidades de criação de um diploma para a acreditação de técnicos psicossociais. Está prevista também a participação nas duas reuniões anuais da Rede, a última das quais comemorará os 10 anos da Rede MedNET.

Ainda no âmbito do MedNET, Portugal continuará a participar no Comité MedSPAD, (*Mediterranean School Survey Project on Alcohol and other Drugs in Schools*), que tem vindo a trabalhar a adaptação e aplicação nos países do Mediterrâneo do inquérito ESPAD realizado na Europa.

Importa ainda mencionar a participação do SICAD no grupo restrito de peritos sobre *"Analysing policy coherence, costs, impact and potentially adverse effects of drug policy measures"*, criado com o objetivo de analisar os custos e os efeitos das diferentes políticas não só em termos do seu impacto imediato, mas também enquanto contributo para fazer as escolhas certas e para a compreensão do retorno do investimento. O relatório elaborado pelo grupo de peritos servirá de base a um Policy Paper sobre esta temática, a adotar posteriormente pelos Correspondentes Permanentes.

O Diretor Geral do SICAD é, por inerência de funções, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool. Nesta qualidade, procura garantir uma eficaz articulação entre os diferentes departamentos governamentais envolvidos nesta problemática. É neste sentido que se procurará fazer

a coordenação nacional das respostas a solicitações efetuadas no contexto das Nações Unidas, exercício algo complexo, na medida em que para tal é necessário recolher e compilar os contributos dos demais Ministérios/Serviços envolvidos nas matérias em apreço.

Das atividades a executar pelo SICAD em 2016, enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX, é de salientar a elaboração de dez *Workbook* mandatórios sobre os seguintes temas: políticas de droga, legislação, Investigação, mercados de droga e crime, prisões, drogas, prevenção, tratamento, boas práticas, redução de riscos e de danos, enquanto contribuição nacional para o "*European drug report*".

Importa ainda referir a operacionalização ao nível nacional do Mecanismo Europeu de Alerta Rápido das novas substâncias psicoativas, que tem assumido importância crescente, tendo em conta a dimensão do fenómeno das novas substâncias psicoativas e o número crescente de substâncias identificadas no contexto europeu.

**Objetivo Operacional 15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD**

Com o objetivo de reforçar as relações de colaboração/cooperação com os Países de Língua Portuguesa, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga, a toxicodependência e o uso nocivo do álcool, em 2016, o SICAD continuará a colaborar com a DGS no sentido de identificar as áreas de cooperação a serem desenvolvidas com Moçambique, na sequência da missão multidisciplinar do Ministério da Saúde, realizada em novembro de 2015 e na qual o SICAD participou.

O SICAD desenvolverá um conjunto de iniciativas com vista ao intercâmbio de experiências, e em resultado do interesse e do reconhecimento internacional que a política portuguesa em matéria de substâncias psicoativas, de comportamentos aditivos e de dependências tem suscitado, em 2016 o SICAD manterá a prática de organizar, acompanhar e apoiar as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que visitem Portugal para conhecer in loco a política nacional. Atendendo a aproximação da UNGASS e uma vez que a política portuguesa em matéria de CAD tem sido considerada uma boa prática, antecipamos que o ano de 2016 continuará a ser marcado pelas solicitações externas que o Diretor Geral do SICAD e Coordenador Nacional receberá para dar a conhecer os resultados da política portuguesa

A 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências – *Lisbon Addictions 2015* - realizou-se em Lisboa nos dias 23 a 25 de Setembro de 2015 e contou com a participação de mais de 600 participantes, oriundos de 56 países, abrangendo

uma audiência multidisciplinar de peritos em áreas como a epidemiologia, políticas públicas, investigação, psicofarmacologia, ciências sociais e comportamentais. A Conferência foi organizada pelo SICAD, em colaboração com a revista *Addiction*, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA) e a *International Society of Addiction Journal Editors* - ISAJE. Devido ao sucesso do evento, de dimensão e importância indiscutível na agenda internacional, está prevista a realização da *Lisbon Addictions 2017*, cujos trabalhos preparatórios no âmbito do *Programme Committee* terão início em Janeiro de 2016.

A Ação Comum RARHA – *Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm*, que irá durar até 31 de Dezembro de 2016, neste âmbito, importa realçar que o SICAD assegura a coordenação de todos os parceiros envolvidos, bem como a coordenação dos *Work Packages* Coordenação e Disseminação que integram a RARHA. Os resultados do trabalho desenvolvido pelos *Work Packages*, divididos em 3 áreas de trabalho horizontais e 3 verticais. As temáticas dos *Work Packages* horizontais são: (a) Coordenação, (b) Disseminação (c) Avaliação.

Os *Work Packages* verticais abordam questões como: (d) a necessidade de um melhor acesso aos dados comparáveis sobre padrões de consumo e efeitos nocivos de álcool, (e) linhas de orientação para a redução dos riscos e minimização dos danos associados ao uso nocivo de álcool, tendo em conta grupos alvo e contextos específicos, e (f) a elaboração de um *Tool Kit* de boas práticas.

Todo o trabalho conjunto levado a cabo pelos Estados Membros ao longo dos três anos da ação comum visa um intercâmbio de conhecimento, uma harmonização de conceitos e um melhor conhecimento das boas práticas existentes para uma Europa mais capacitada para apoiar os cidadãos, nos riscos relacionados com o uso nocivo do álcool favorecendo estilos de vida mais saudáveis.

Em 2016 no que diz respeito ao *Work Package 4* é importante referir que serão compilados os dados comparativos obtidos com questionário produzido no ano 2015, nos diversos Estados Membros. No âmbito do *Work Package 5* irá proceder-se à compilação dos resultados dos dois estudos Delphi levados a cabo no decorrer do ano transato. No quadro do *Work Package 6* será desenvolvida a ferramenta *online* que incluirá as boas práticas nos Estados Membros que foram selecionadas para inclusão no *Tool Kit*.

2016 será ainda o ano de preparação para a apresentação dos dados dos diferentes *Work Packages*, que terá lugar na conferência final da *Joint Action RARHA*, a realizar em Bruxelas, no último trimestre do ano, com a colaboração da Comissão Europeia e do Projeto *Health and Inequalities*.

Durante 2016, o SICAD como Coordenador da *Joint Action* e Coordenador da Disseminação irá executar diversas tarefas de gestão e comunicação da RARHA, que permitam a sustentabilidade deste complexo projeto.

Está previsto para o início de 2016, o lançamento da 2ª fase do Programa de cooperação entre a América Latina, as Caraíbas e a União Europeia em matéria de políticas de luta contra a droga, que visa contribuir para melhorar a coerência, o equilíbrio e o impacto das políticas de luta contra a droga na América Latina e nas Caraíbas. O SICAD integra o consórcio de países que vai liderar a 2ª fase do Programa e participou no COPOLAD I, que decorreu de 2011 a 2015, tendo coordenado a componente do Programa relativa à Consolidação dos Observatórios Nacionais Drogas.



## 8.4.3. DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros <i>fora</i> de âmbito internacional	Qualidade	I14.1.1. Contactos com os diversos Ministérios/Serviços com intervenção em matéria de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, promovendo a adoção de uma posição nacional coordenada (nº de Ministérios / Serviços)	Realização	6 (2013) 6 (2014) 6 (2015)	6	1	8	DRI	AO	-	MNE, AT, PJ, DGPJ, DGS, INFARMED	-	105	1.10. 1.11.
				I14.1.2. Participar em reuniões/eventos promovidos pelas presidências em exercício do Conselho da UE, em matéria de droga e toxicodependências (nº de participações nas reuniões /eventos)	Realização	11 (2013) 14 (2014) 12 (2015)	13	1	15	DRI	AO	Conselho da Europa	MNE	Concorre para o I14 do PE	108	
				I14.1.3. Participar em reuniões/eventos no quadro da UE, em matéria de política do álcool (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	5 (2013) 6 (2014) 4 (2015)	3	1	5	DRI / Direção/ DPIC	AO	Comissão Europeia	DGS	Concorre para o I14 do PE	108	
				I14.1.4. Participar em reuniões/eventos no contexto das Nações Unidas, que abordam a temática das drogas (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	2 (2013) 5 (2014) 4 (2015)	4	1	6	DRI / Direção	AO	UNODC	MNE, PJ, INFARMED, DGPJ	Concorre para o I14 do PE	109	
				I14.1.5. Participar em trabalhos da OMS relativos ao álcool (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	1 (2013) 1 (2014)	1	0	1	DRI / Direção	AO	OMS	DMI, DPI, DGS	-	109	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)	Qualidade	I14.1.8. Participar nas atividades da rede Med-NET do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas atividades)	Realização	6 (2015)	5	1	7	DRI/Assessoria	AO/CE	Conselho da Europa	-	-	110	1.10. 1.11.
				I14.1.9. Participar nas reuniões de Correspondentes Permanentes do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas reuniões)	Realização	2 (2015)	2	0	2	DRI	AO	Conselho da Europa	-	-	110	
				I14.1.10. Participar no <i>Executive Training on Drug Policy</i> do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações)	Realização	1 (2015)	1	0	1	DRI	AO/CE	Conselho da Europa	-	-	110	
				I14.1.12. Participar em atividades sobre temáticas específicas, no âmbito do programa de trabalho (nº de participações nas atividades)	Realização	-	4	1	6	Assessoria	AO/CE	Conselho da Europa	-	*	110	
				I14.1.7. Assegurar a Presidência das reuniões da FESAT (nº de reuniões)	Realização	1 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	1	0	1	DPIC	AO/CE	-	-	-	-	
				I14.2. Dar resposta a todas as solicitações efetuadas no contexto das Nações Unidas (nº de solicitações / nº de respostas)	Realização	100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DRI	AO/CE	-	MNE/PJ DGPJ/ INFARMED	-	106	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo.

## 8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)	Qualidade	I14.3.1. Elaborar os 10 <i>workbooks</i> mandatórios do “ <i>National Reporting</i> ” (em meses)	Resultado	12 (2013) 11 (2014) 12 (2015)	11	1	9	DRI/DPI/DMI/EMPECO/Assessoria	AO/CE	-	PJ, LPC, Universidades	Concorre para o I15 do PE	111	1.10. 1.11.
				I14.3.2. Preencher as tabelas estandarizadas (% de tabelas submetidas)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DRI/DPI/DMI/EMSI	AO/CE	-	PJ/LPC	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.3. Relatórios intermédio e final de execução financeira do Acordo de Subvenção REITOX (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	DRI/ DGR	AO/CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.4. Elaborar os relatórios intermédio e final de implementação dos 5 indicadores-chave do OEDT (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	DRI/ DMI/ DPI	AO/CE	-	-	Concorre para os I15 e I34 do PE	111	
				I14.3.5. Participar nas reuniões de peritos dos indicadores-chave do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	5 (2014) 5 (2015)	5	2	8	DPI / DMI/DRI	AO/CE	-	INML/INE/FCSH -UNL	Concorre para o I15 do PE	111	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)	Qualidade	I14.3.6. Participar nas reuniões de responsáveis dos Pontos Focais Nacionais do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	4 (2014) 4 (2015)	3	1	5	DRI	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	1.10. 1.11.
				I14.3.7. Participar nas reuniões do Conselho de Administração do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	3 (2014) 4 (2015)	3	1	5	DRI / Direção	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.8. Participar na reunião do Mecanismo de Alerta do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	1 (2014) 2 (2015)	2	1	4	DRI/DPIC	AO/ CE	-	LPC	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.9. Participar na reunião da <i>European Legal Drugs Data Base</i> - ELDD (nº de participações nas reuniões)	Resultado	1 (2013) 1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	DRI	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.10. Divulgar os alertas no âmbito do Mecanismo Europeu de Alerta das novas substâncias psicoativas (% de pedidos divulgados num prazo não superior a 72h)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DRI	AO/ CE	-	ARS/PJ/LPC /INFARMED /INEM/ASA E/INML	Concorre para o I15 do PE	111	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)		I14.3.11. Elaborar os relatórios de progresso e final de implementação nacional da Decisão do Conselho 2005/387/JAI de 10 de Maio de 2005, relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	DRI	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	1.10. 1.11.
				I14.3.12. Dar resposta a todos os pedidos formulados no âmbito do ELDD - <i>European Legal Database on Drugs</i> (nº de solicitações/ nº de respostas)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	DRI	AO/ CE	-	ASAE/ INFARMED/ PJ	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.13. Atualizar a base de dados EDDRA (atualizações por ano)	Realização	3 (2013) 3 (2014) 3 (2015)	3	0	3	DPIC	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;.

## 8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3	3.1. d), e), f), h)	OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD	Qualidade	I15.1.2. Promover ações de cooperação com entidades congêneres (n.º de ações)	Realização	1 (2015)	1	0	1	DRI	AO	-	DGS	*	113	1.10. 1.11.
				115.2.4. Promover a divulgação de iniciativas/boas práticas nacionais junto de outros países e fora internacionais (n.º de iniciativas/boas práticas)	Resultado	5 (2013) 5 (2014) 13 (2015)	10	2	13	DRI/Direção/DPI	AO	-	-	-	113	
				15.2.5. Organizar, acompanhar e apoiar as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal (n.º de visitas)	Realização	12 (2013) 18 (2014) 18 (2015)	15	2	18	DRI	AO	-	ARSLVT/CDT Lisboa/PJ		116	
				15.2.9. Organizar a 2.ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências (n.º de reuniões)	Realização	-	2	1	4	DRI/Direção	AO	Comissão Europeia	OEDT/ Addiction/ ISAJE	*	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. \*\*\* O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

## 8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 3	3.1. d), e), f), h)	OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD (continuação)	Qualidade	I15.3.2. Assegurar a implementação do workpackage Coordenação (WP1) da <i>Joint Action to support Member States in taking forward work on common priorities in line with the UE alcohol strategy</i> - RARHA (nº de reuniões)	Resultado	5 (2014) 4 (2015)	4	1	6	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	-	Concorre para o I18 do PE	115	1.10. 1.11.
				I15.3.3. Coordenar o workpackage Disseminação (WP2) (nº de reuniões)	Resultado	6 (2014) 6 (2015)	2	1	5	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	-	Concorre para o I18 do PE	115	
				I15.3.6. Participar nos workpackage (WP5 e WP6) (nº de reuniões)	Resultado	4 (2014) 2 (2015)	4	1	6	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	-	Concorre para o I18 do PE	115	
				I15.3.8. Elaboração do <i>Progress Report</i> da RARHA (nº de relatórios) PE 18 (1-0)	Resultado	-	1	0	1	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia/ Associated Partners	-	*	115	
				I15.3.9. Organizar a Conferência Final da RARHA (em meses)	Realização	-	10	1	8	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia/ Associated Partners	-	*	115	
				I15.4.12. Participar em atividades no âmbito das 4 componentes do Programa COPOLAD (Programa de Cooperação entre a América Latina e a UE sobre políticas de luta contra a Droga (nº de participações)	Resultado	-	4	1	7	DRI/ DPIC/ Assessoria	CE	Comissão Europeia		*		

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. \*\*\* O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

## 8.5. Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO)

### 8.5.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional**, cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a), b), c), d), g), h) e J) do artigo 2.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Elaborar e gerir o Plano Estratégico do SICAD no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências, assegurando a articulação e coordenação entre as diferentes domínios de intervenção;
- b) Estabelecer e dinamizar circuitos de articulação com vista ao planeamento, monitorização e coordenação das atividades, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Estabelecer e dinamizar parcerias facilitadoras da implementação das atividades previstas no Plano Estratégico e nas políticas nacionais, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- d) Promover a implementação da rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- e) Acompanhar a implementação das linhas de orientação técnica e normativa produzidas e emanadas pelo SICAD, nos diversos domínios de intervenção;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos profissionais intervenientes, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências;
- g) Apoiar e coordenar as atividades desenvolvidas pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito da operacionalização da Lei n.º 30/2000, mediante a criação de instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação;
- h) Implementar uma metodologia de intervenção baseada no conhecimento técnico-científico, que potencie as competências das equipas técnicas das CDT e harmonize práticas e procedimentos entre as CDT, contribuindo para uma efetiva dissuasão dos comportamentos aditivos e dependências;
- i) Gerir o registo central dos processos de contraordenação por consumo de drogas, ao abrigo da Portaria n.º 604/2001, de 12 de junho;



- j) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

#### 8.5.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

##### **Objetivo Operacional 19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015**

O Plano Estratégico do SICAD, 2013-2016, tem vindo a constituir-se como o elemento orientador e estruturante do Planeamento Anual do SICAD, contemplando, com base no diagnóstico estratégico produzido, atualizado à medida que a mobilidade dos sistemas sociais e dos comportamentos aditivos o justificava, opções estratégicas e objetivos operacionais sustentáveis e coerentes.

Sendo 2016 o último ano deste ciclo estratégico é tempo de avaliação. Sistematizar e interpretar os resultados alcançados, os obstáculos debelados, as dificuldades intransponíveis, constituem-se como uma prioridade para 2016, considerando que um novo ciclo se aproxima, exigindo a construção de um instrumento de gestão plurianual, para o qual revisão e a atualização do diagnóstico estratégico se apresenta como uma prioridade.

Vamos deste modo, construir os alicerces que confirmam segurança e robustez ao caminho a delinear e a percorrer, numa filosofia e cultura de planeamento e avaliação. Um caminho sustentável, necessário e útil a todos os *stakeholders*, particularmente aos cidadãos que representam o foco de toda a nossa ação. É neste espírito que entramos no último ano do PE.

A atividade de planeamento vai para além do Plano Estratégico. Como todos os anos dar-se-á continuidade ao planeamento, monitorização e avaliação anual do SICAD, através dos instrumentos de gestão, nomeadamente, Planos e Relatórios de Atividades e Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR – SIADAP 1. A produção destes instrumentos, cujos alicerces emergem do PE, está facilitada no quadro do modelo de monitorização da execução dos Planos de Atividades implementado, que se tem revelado eficaz, tendo introduzido uma maior eficiência nos processos de elaboração dos mesmos. Pretende-se ainda continuar a desenvolver a componente da Autoavaliação do Serviço, através da introdução de informação adicional complementar ao QUAR, nomeadamente através da audição de dirigentes intermédios e demais colaboradores.

**Objetivo Operacional 20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD**

O SICAD, enquanto organismo público especializado em matéria de comportamentos aditivos e dependências, continua a apostar na disponibilização, aos profissionais com responsabilidades nestas matérias, de um conjunto de recursos formativos, tendo em vista manter e melhorar a eficácia das intervenções.

Para 2016 o SICAD irá focar-se na operacionalização do Plano de Formação, elaborado com base nas orientações estratégicas no âmbito dos CAD: o Plano de Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e o Plano de Ação 2013-2016, o Plano Nacional de Saúde 2012-2016 e o Plano Estratégico do SICAD 2013-2016, a Rede de Referência/Articulação no âmbito dos comportamentos Aditivos e Dependências e os diagnósticos de necessidades de formação realizados junto dos profissionais.

Com a dinamização das ações de formação previstas no Plano, diversificadas e com objetivos específicos definidos e estruturadas de forma a se ajustarem ao público-alvo, pretende-se contribuir para a disseminação do conhecimento e desenvolvimento de competências no domínio de uma adequada intervenção na prestação de cuidados aos cidadãos, robustecer a capacidade de resposta instalada e concorrer para a redução dos CAD.

Porém, a atividade formativa do SICAD extravasa o Plano de Formação (disponível no *site* do SICAD). A formação em contexto Laboral, no âmbito do Dia da Defesa Nacional, do Programa Eu e os Outros e a prestação de serviços de formação “à medida” dos pedidos, constituem igualmente áreas de atuação do SICAD com forte influência na mobilidade dos sistemas sociais, por via da sistemática capacitação e preparação dos *stakeholders* para responder com qualidade e eficácia às necessidades de intervenção.

### **Objetivo Operacional 21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT**

Em 2016 pretende-se dar continuidade à harmonização das práticas e procedimentos nas CDT. O apoio, monitorização e avaliação da implementação das Linhas de orientação para a Intervenção em Dissuasão, continua a ser uma prioridade da ação do SICAD no âmbito da Dissuasão.

Considerando os relevantes resultados que as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência têm alcançado, de que se destacam a capacidade de mobilizar os parceiros para uma cada vez melhor eficácia da implementação da Lei, o aumento do número de processos e de indiciados não toxicodependentes, a melhoria da resposta das Comissões ao nível da avaliação do risco dos comportamentos aditivos dos indiciados, respetiva intervenção e encaminhamento, confirma-se o potencial de resposta das Comissões no âmbito da prevenção das dependências, enquanto serviços de contacto direto com os cidadãos, de porta aberta, de sinalização e intervenção precoce.

É neste contexto que para 2016 se mantém o incentivo e o apoio ao funcionamento das CDT, com modelos de intervenção harmonizados, através da aposta na formação, em reuniões de supervisão, na construção de instrumentos de apoio à intervenção, entre outras atividades que concorram para a manutenção de uma resposta nacional, de qualidade e eficaz. Os indiciados não toxicodependentes vão continuar a constituir-se como um grupo alvo que merece uma atenção e abordagem diferenciada. A identificação precoce de indiciados jovens com comportamentos que podem indicar “risco moderado” no que respeita a CAD irá continuar a figurar entre as prioridades do SICAD, procurando reforçar e qualificar a intencionalidade dissuasora.

Prevê-se que o Sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP), cuja implementação se iniciou em 2015, entre numa fase de estabilização e que se constitua como uma efetiva mais-valia para os profissionais, para os serviços e para os indiciados. Em 2016 pretende-se igualmente alargar às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores o acesso e utilização deste sistema de informação.

## 8.5.3. EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE1 1 OE1 3 OE1 6	4. a); b); c); d); e)	OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2016	Qualidade	I19.1.4. Aplicação dos instrumentos de recolha de informação relativos à monitorização da execução do Plano Estratégico 2013-2015 (nº de vezes no ano)	Realização	3 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	3	1	5	EMPECO	AO	-	DPI; DMI; DRI; DGR; EMSI; Assessorias;	-	-	1.3; 1.7.
				I19.1.5. Atualização dos dados de monitorização da execução do Plano Estratégico 2013-2015, disponíveis na <i>Intranet</i> (n.º de vezes no ano)	Realização	2 (2013) 2 (2014) 3 (2015)	3	1	5	EMPECO	AO	-	DIC	-	-	
				I19.1.6. Elaboração do Relatório de Monitorização 2015 e avaliação preliminar do Plano Estratégico 2013-2016 (em meses)	Resultado	5 (2014) 6 (2015)	9	1	7	EMPECO	AO	-	-	Concorre para o I46 do PE	-	
				I19.1.7. Divulgação do Relatório junto de todos os <i>stakeholders</i> (em meses)	Realização	6 (2014) 6 (2015)	10	1	9	EMPECO	AO	-	DIC	Concorre para o I51 do PE	-	
				I19.2.1. Elaboração dos relatórios semestral e anual da monitorização do QUAR	Realização	2 (2013) 2 (2014) 2 (2015)	2	0	2	EMPECO	AO	-	DPI; DMI; DRI; DGR; EMSI; Assessorias;	Concorre para o I39 do PE	-	
				I19.2.2. Elaboração do Relatório de Atividades 2015 (em meses)	Resultado	4 (2013) 4 (2014) 4 (2015)	4	1	2	EMPECO	AO	DGS	DPI; DMI; DRI; DGR; EMSI; Assessorias;	Concorre para o I39 do PE	-	
				I19.2.3. Elaboração do Plano de Atividades 2017 (em meses)	Resultado	12 (2013) 3 (2014)	11	1	9	EMPECO	AO	DGS	DPI; DMI; DRI; DGR; EMSI; Assessorias;	Concorre para o I39 do PE	-	
				I19.2.4 Aplicação dos instrumentos de recolha de informação relativos à monitorização da execução do Plano de Atividades 2016 (nº de vezes no ano)	Realização	8 (2013) 7 (2014) 7 (2015)	7	1	9	EMPECO	AO	-	DPI; DMI; DRI; DGR; EMSI; Assessorias;	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

## 8.5.3 EMPECO – Equipe Multidisciplinar de Planejamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE11 OE13 OE16	4. a); b); c); d); e)	OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015 (continuação)	Qualidade	I19.2.5. Atualização dos dados de monitorização da execução do Plano de Atividades 2016, disponíveis na <i>Intranet</i> (n.º de vezes no ano)	Realização	3 (2013) 7 (2014) 7 (2015)	7	1	9	EMPECO	AO	-	DIC	-	-	1.3; 1.7.
				I19.3.3. Avaliação do grau de satisfação dos profissionais relativamente ao desenvolvimento das atribuições do SICAD (n.º de avaliações desenvolvidas)	Resultado	1 (2013) 1 (2014) 1 (2015)	1	0	1	EMPECO	AO	-	-	Concorre para o I53 do PE	-	
				I19.3.4. Planeamento e desenvolvimento da Análise de <i>Stakeholders</i> a integrar o Diagnóstico Estratégico do novo Plano Estratégico (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMPECO	AO	<i>stakeholders</i>	DPI; DMI; DRI; DGR; EMSI; Assessorias; CDT	-	*	
OE4a) e b) OE11	4.d); f)	OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD	Qualidade	I20.2.2 Emissão de pareceres técnico-pedagógicos/ pareceres solicitados em matéria de CAD (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	EMPECO	AO	-	-	-	-	1.3; 1.5; 1.6; 1.7. 1.8. 1.10.
				I20.2.4. Dinamização de ações de formação para os <i>stakeholders</i> externos (nº) QUAR	Impacto	7 (2014) 7 (2015)	12	4	17	EMPECO	AO	-	DPI/ ARS/ Universidades/ Entidades Empregadoras	Concorre para o I39 do PE	95 97	
				I20.2.7. Plano de Formação 2017/2018 (nº de documentos)	Realização	1 (2015)	1	0	2	EMPECO	AO	-	-	-	94	
				I20.3.2. Planificação e realização de sessões formativas dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral relativamente aos CAD (nº de sessões)	Realização	1 (2013) 14 (2014) 4 (2015)	4	1	6	DPI/DMI	AO	-	EMPECO	-	95 97	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo; .

## 8.5.3 EMPECO – Equipe Multidisciplinar de Planejamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE4a) e b) OE11	4. d); f)	OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (continuação)	Qualidade	I20.3.3. Consultoria para ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras (N.º pedidos respondidos/N.º total de pedidos)	Realização	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	DPI/DMI	AO	-	EMPECO	-	96 97	1.3; 1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.10.
				I20.3.4. Validação de ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras (N.º pedidos respondidos/N.º total de pedidos)	Resultado	100% (2013) 100% (2014) 0% (2015)	90%	5%	100%	DPI/DMI	AO	-	EMPECO	-	95 97	
				I20.3.6. Realização de ações de formação a profissionais de entidades parceiras no âmbito do Programa Eu e os Outros (nº ações)	Realização	10 (2014) 12 (2015)	5	3	9	DPIC	AO	-	EMPECO	-	96	
				I20.4.2 Número de estágios acolhidos/ número de estágios solicitados (%)	Impacto	100% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	EMPECO	AO	-	-	-	98	
OE2 OE4a) e b) OE6 OE11	4. g), h) i), j)	OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT	Eficácia	I21.2.3. Monitorização e avaliação da implementação das LOID (nº de relatórios disseminados)	Realização	-	1	0	2	EMPECO	AO	-	CDT	-	125	1.5; 1.6; 1.7; 1.8; 1.10; 3.2.
				I21.2.4. Orientar e supervisionar a intervenção em dissuasão com vista à harmonização das práticas (nº de reuniões de acompanhamento às CDT)	Realização	4 (2015)	4	1	6	EMPECO	AO	-	CDT	-	125	
				I21.2.5. Monitorização e avaliação da implementação do Modelo de Intervenção em Dissuasão (documento)	Impacto	-	6	1	4	EMPECO	AO	-	CDT	*		

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo;

## 8.5.3 EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE2 OE4a) e b) OE6 OE11	4. g), h) i), j)	OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (continuação)	Eficácia	I121.3.2. Grau de implementação das orientações e procedimentos disseminados junto das CDT (%)	Impacto	75% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	90%	5%	100%	EMPECO	AO	-	CDT	-	125	1.5; 1.6; 1.7. 1.8. 1.10. 3.2.
				I121.3.3. Resposta aos pedidos de apoio e clarificação por parte das CDT (%)	Resultado	80% (2013) 100% (2014) 100% (2015)	100%	0%	100%	EMPECO	AO	-	CDT	-	-	
				I121.3.4. Manutenção do Sistema de Monitorização Semestral do funcionamento e atividade das CDT (relatórios de monitorização divulgados)	Realização	1 (2013) 2 (2014) 1 (2015)	1	0	2	EMPECO	AO	-	CDT EMSI	-	-	
				I121.3.5. Apoiar o planeamento e desempenho das atividades das CDT, tendo em vista a melhoria das intervenções e a harmonização de procedimentos (nº de reuniões gerais com as CDT)	Realização	2 (2014) 1 (2015)	1	0	2	EMPECO	AO	-	CDT	-	125	
				I121.3.6. Elaboração de materiais informativos (nº de produtos)	Realização	2 (2015)	1	0	2	EMPECO	AO	-	CDT	-	8	
				I121.4.1. Monitorização de um conjunto de indicadores chave do SIGP (relatórios disseminados)	Realização	-	2	1	4	EMPECO	AO	-	CDT EMSI	Concorre para o I29 do PE	79	
				I121.4.2. Apoiar a utilização da nova base de dados (nº de reuniões realizadas com este propósito)	Realização	22 (2014) 14 (2015)	10	5	16	EMPECO	AO	-	CDT EMSI	-	79	
				I121.4.3. Eliminar os processos de contraordenação, ao abrigo da Lei; (processos eliminados/processos em condições de serem eliminados)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0	100%	EMPECO	AO	-	CDT	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo;

## 8.5.3 EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2016 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE2 OE4a) e b) OE6 OE11	4. g), h) i), j)	OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (continuação)	Eficácia	I21.4.4. Harmonização de procedimentos na utilização e manutenção da base de dados SGIP (meses)	Resultado	-	6	1	4	EMPECO	AO	-	CDT	*	-	1.5; 1.6; 1.7. 1.8. 1.10. 3.2.
				I21.4.5. Apoio e uniformização de conceitos na utilização do SGIP (n.º de orientações disseminadas)	Resultado		5	1	7	EMPECO	AO	-	CDT	*	-	
				I21.5.1. Estabelecimento de protocolos e acordos que contribuam para a agilização e melhoria da qualidade das intervenções em matéria de Dissuasão; (nº de protocolos ou acordos celebrados)	Impacto	45 (2013) 145 (2014)	2	1	4	EMPECO/CDT	AO	-	-	**	9 11	
				I21.5.2. Indiciados não toxicodependentes (nº processos)	Resultado	5785 (2013) 5417 (2014)	5000	500	5501	EMPECO/CDT	AO	-	-	Concorre para o I8 do PE	10	
				I21.5.3. Indiciados não toxicodependentes encaminhados para respostas no âmbito da implementação do Modelo (%)	Resultado	38,5% (2013) 62% (2014)	40%	5%	50%	EMPECO/CDT	AO	-	-	Concorre para o I21 do PE	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo;

\*\* A definição da meta para 2016 prende-se com o planeamento da celebração de protocolos a nível nacional.



## 8.6. Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)

### 8.6.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Equipa Multidisciplinar de para os Sistemas de Informação**, cabe o exercício das competências definidas no Despacho n. 328/2014 de 8 de janeiro, designadamente:

- a) O desenvolvimento das ações necessárias à implementação do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- b) A identificação e definição das necessidades de manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), do Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS) e do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- c) A gestão e funcionamento do serviço de *Helpdesk*;
- d) A elaboração e disponibilização de relatórios semestrais ou anuais de acordo com as necessidades do Serviço;
- e) A gestão e a manutenção do parque informático e do *Data -Center* afeto à atividade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD);
- f) A colaboração na elaboração dos planos e relatórios de atividades, coligindo e sistematizando os elementos relativos à respetiva atividade;
- g) O exercício das demais ações que lhe sejam atribuídas

### 8.6.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

#### Objetivo Operacional 18. Planear e gerir os recursos informáticos

Assegurar a gestão e manutenção evolutiva das infraestruturas tecnológicas, no que concerne a rede estruturada de dados e voz (*Vo/p*), parque informático (Computadores de secretária, Portáteis e Multifunções) e Centro de Dados (Servidores, *Storage* e ativos de Comunicações).

Assegurar o correto funcionamento e evolução dos diversos Sistemas de Informação, apoio e desenvolvimento das aplicações SIM e SGIP, bem como dos Sites geridos pelo SICAD (SICAD, Tu-alinhas, RAHRA e Diretório do Álcool).

## 8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 OE 14	3.2. k);l);m);n)	OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos	Eficiência	I18.1. Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna, as aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras, com um <i>downtime</i> inferior a 48 horas (horas)	Realização	48 (2013) 9 (2014) 12 (2015)	48	17	25	EMSI	AO	-	-	**	-	-
				I18.1.1. Criação de uma de uma solução de virtualização de servidores em alta disponibilidade (em meses)	Realização	-	10	1	8	EMSI	AO	-	-	-	-	
				I18.1.3. Instalação do 2º Nó do <i>CallManager</i> e do Cubo nas instalações dos SPMS no Norte (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	SPMS	-	-	
				I18.1.4. Implementação de uma solução de <i>backups</i> para <i>tapes</i> para aumentar o tempo de retenção da informação (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	-	-	
				I18.1.5. Migração da <i>Active Directory</i> para 2012 (em meses)	Realização	-	6	1	3	EMSI	AO	-	-	-	-	
				I18.1.12. Upgrade da solução de VOIP (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	*	-	
				I18.1.10. Instalação do windows 8.1/10 e office 2010/2013 nos computadores das CDT (% de computadores)	Realização	-	50%	5%	56%	EMSI	AO	-	-	*		

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo; \*\*Considerando as necessidades e prioridades para 2016, a meta é inferior ao valor histórico de 2015.

## 8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (OA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (OA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	constante no Orçamento Eventuais dependências (OA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)	
OE 8 OE 14	3.2. k);l);m);n)	OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos (continuação)	Eficiência	I18.1.11. Implementação das alterações necessárias no SIM com o objetivo da criação da rede referencição (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	SPMS	*	-	-
				I18.1.9. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações) QUAR	Realização	3 (2015)	2	1	4	EMSI	AO	-	-	-	-	
				I18.2.2. Implementação e manutenção do SIM-BA (Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics) (relatórios novos criados) QUAR	Realização	-	3	1	5	EMSI	AO	-	DIT	* Concorre para o I11 do PE	-	
				I18.3. Manutenção evolutiva do parque informático (Nº Computadores substituídos)	Realização	8 (2013) 10 (2014) 7 (2015)	20	5	26	EMSI	AO	-	-	-	-	
				I18.1.13. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação de Gestão Processual (Nº de entradas em produção com alterações)	Realização	-	1	0	2	EMSI	AO	-	EMPECO	*	-	
				I18.4. Implementação de um Sistema de Informação de Apoio a Gestão Estratégica (Balanced Scorecard)	Realização	-	1	0	1	EMSI	AO	-	EMPECO	*	-	
		OOp11P. Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão (Partilhado em QUAR)	Qualidade	11.1. P- N.º de novos indicadores	-	-	2	1	4	EMSI	AO	-	DIC DPI	*	-	-

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo

## 8.7. Assessorias

### 8.7.1. Atribuições

De entre as atribuições do SICAD, a alínea a) do n.º 1 do art.º 2º determina a de *"apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação"*.

Sendo o Diretor-Geral do SICAD, por inerência, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, compete à Assessoria do Coordenador Nacional apoiar o Coordenador Nacional e Diretor-Geral no desempenho das funções que lhe estão atribuídas pelos artigos 7º a 10º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de Abril, designadamente no que respeita ao dispositivo da coordenação interministerial, bem como pela alínea a) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro.

Essas funções incluem a presidência da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação e a coordenação das Subcomissões, dispositivo integrado, respetivamente, pelos representantes dos Ministros representados no Conselho Interministerial, e pelos organismos com competência na área da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool.

Junto do SICAD funciona ainda o Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, integrado por representantes de órgãos de soberania e por representantes da sociedade civil, cuja presidência, atribuída ao Primeiro-Ministro, com competência delegada no membro do Governo responsável pela coordenação das políticas relacionadas com a droga, as toxicodependências e o uso nocivo do álcool, é geralmente assegurada pelo Coordenador Nacional.

Todo o relacionamento com os representantes destes órgãos colegiais é assegurado pelo SICAD.

Uma vez que o *"membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação"* exerce funções supletivas *"em tudo o que não esteja especialmente cometido ao Conselho Interministerial"* o SICAD tem especiais responsabilidades no desempenho de indicações expressas pela Tutela relacionadas

como a concepção, execução e na coordenação interministerial da política nacional em matéria de Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

#### 8.7.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

**Objetivo Operacional 22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016**

No âmbito deste objetivo em 2016 destacam-se as seguintes ações a desenvolver:

- Elaboração das propostas, e sua apresentação, à Comissão Técnica para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool (CT), do Plano de Ação 2017-2020;
- Monitorização e acompanhamento da execução dos planos;
- Promoção da articulação interministerial;
- Promoção da articulação da sociedade civil, por via do Conselho Nacional.

## 8.7.3. Assessorias - Ficha de Atividades 2016

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2016	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2016 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS
OE3	Art.º 9º e 16º do DL n.º1/2003, de 6 de Janeiro, com a redação dada pelo DL n.º 40/2010, de 28 de Abril	OOp22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016	Eficácia	I22.2.2. Acompanhamento do Plano de Ação 2013-2016 através da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação (n.º de reuniões)	Realização	2 (2014) 2 (2015)	2	0	3	ACN	AO	-	Membros da CT, PJ e ASAE		132	1.7.
				I22.2.4. Kick off da elaboração do Plano de Ação 2017-2020 (em meses)	Realização	-	9	1	7	ACN	AO	-	Membros das Subcomissões	* **	133	
				I22.2.5. Kick off da avaliação interna do Plano de Ação 2013-2016 (em meses)	Realização	12 (2015)	5	1	3	ACN	AO	-		* ***		
				I23.3.2. Serviços/Organismos com assento nos órgãos da estrutura de coordenação que inscrevem nos planos dos serviços que representam iniciativas do Plano de Ação (% de serviços)	Resultado	16% (2014) 16% (2015)	5%	1%	7%	ACN	AO	Entidades competentes no âmbito das ações previstas em sede do PA 2013-2016 representadas na Comissão Técnica, Subcomissões e Conselho Nacional	Entidades competentes no âmbito das ações previstas em sede do PA 2013-2016 representadas na Comissão Técnica, Subcomissões e Conselho Nacional	-	127	
				I24.4.1. Realização do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool (em meses)	Resultado	6 (2013) 11 (2014) 10 (2015)	7	1	5	ACN	AO	-	-	****	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; \* Indicador Novo;

\*\*A elaboração da proposta do PA 2017-2020 está associada à avaliação interna do PA 2013-2016.

\*\*\* Sendo previsível que o INPG 2016 não esteja concluído até final do ano, não será possível concluir a avaliação interna do PA 2013-2016 em 2016.

\*\*\*\*O Conselho Nacional deverá pronunciar-se sobre a proposta de alteração ao DL 40/2010, mas a proposta está dependente da análise e aprovação da Comissão Técnica, que à data ainda não está formalmente nomeada.

## 9. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2016

Os objetivos estratégicos definidos no PE 2013-2016 são transversais aos Planos anuais, tendo a Direção do SICAD optado por destacar em QUAR aqueles que se revestem de maior pertinência e acuidade para 2016.



ANO: 2016
Ministério da Saúde
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
O SICAD tem como missão <i>promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos, a diminuição das dependências.</i>
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>
<b>DESIGNAÇÃO</b>
OE 1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento
OE 2. Potenciar a cooperação e convergência dos Stakeholders
OE 2a. Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde
OE 3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais
OE 4 a. Promover a qualidade e a eficácia das intervenções
OE 4b. Promover a eficiência das intervenções
OE 5. Implementar a rede de referência/articulação
OE 6. Promover a harmonização das intervenções
OE 7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re)emergentes
OE 8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira
OE 9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação
OE 10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias
OE 11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação
OE 12. Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção
OE 13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções
OE 14. Formar recursos humanos
OE 15. Melhorar as competências de comunicação e de articulação
OE 16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD

OBJECTIVOS OPERACIONAIS										
EFICÁCIA										33,0
1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) (OOp.1 em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE12) <b>R</b>									Peso:	34,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
1.1.	Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção na problemática do Jogo (em meses)	-	-	-	-	-	11	1	9	100%
2. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (OOp4. em PA)(OE2a, OE4a, OE4b) <b>R</b>									Peso:	32,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
2.1.	Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº)	-	-	36	77	84	73	10	84	100%
3. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (OOp.20 em PA)(OE4a, OE4b) <b>R</b>									Peso:	34,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
3.1.	Dinamização de ações de formação para os stakeholders externos (n.º)	-	-	-	7	7	12	4	17	100%
EFICIÊNCIA										20,0
4. Criar e implementar uma estratégia de comunicação (OOp.12 em PA) (OE2, OE15) <b>R</b>									Peso:	50,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
4.1.	Relatório de Avaliação da área de Comunicação interna e externa (em meses)	-	-	-	-	-	10	1	8	100%
5. Planear e gerir os recursos informáticos (OOp.18 em PA) (OE 8 e OE14) <b>R</b>									Peso:	50,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
5.1.	Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações)	-	-	-	-	3	2	1	4	50%
5.2.	Implementação e manutenção do SIM-BA (Sistema de Informação Multidisciplinar - Business Analytics) (relatórios novos criados)	-	-	-	-	-	3	1	5	50%



QUALIDADE										47,0
6. Divulgação e disponibilização de informação (OOp.11 em PA) (OE1) <b>R</b>										Peso: 18,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
6.1.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2015 (em meses)	-	-	12	11	11	11	0	10	50%
6.2.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Alcool – 2015 (em meses)	-	-	-	12	12	12	0	11	50%
7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais (OOp7. em PA)(OE 10)										Peso: 16,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
7.1.	Relatório do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (em meses)	-	-	-	-	-	11	1	9	50%
7.2.	Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral - Portugal 2016 (em meses)	-	12	-	-	-	12	0	11	50%
8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação (OOp8. em PA)(OE 1, OE7)										Peso: 17,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
8.1.	Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em jovens em Centros Educativos (em meses)	-	-	-	-	-	4	0	3	100%
9. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos (OOp16. em PA)(OE14)										Peso: 16,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
9.1.	Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%)	-	88%	100%	86%	68%	60%	10%	71%	100%
10. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (OOp21. em PA) (OE4a, OE4b)										Peso: 17,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
10.1.	Monitorização e avaliação da implementação o Modelo de Intervenção em Dissuasão (em meses)	-	-	-	-	-	1	0	1	100%
11. Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão <b>(P)</b>										Peso: 16,0
INDICADORES		2011	2012	2013	2014	2015	Meta 2016	Tolerância	Valor crítico	Peso
11.1.	N.º de novos indicadores <b>(P)</b>	-	-	-	-	-	2	1	4	100%

TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS			
			PLANEADO %
<b>EFICÁCIA</b>			<b>33,0</b>
1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) (OOp.1 em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE12) <b>R</b>			34
2. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (OOp4. Em PA)(OE2a, OE4a, OE4b) <b>R</b>			32
3. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (OOp.20 em PA)(OE4a, OE4b) <b>R</b>			34
<b>EFICIÊNCIA</b>			<b>20,0</b>
4. Criar e implementar uma estratégia de comunicação (OOp.12 em PA) (OE2, OE15) <b>R</b>			50
5. Planear e gerir os recursos informáticos (OOp.18 em PA) (OE 8 e OE14) <b>R</b>			50
<b>QUALIDADE</b>			<b>47,0</b>
6. Divulgação e disponibilização de informação (OOp.11 em PA) (OE1) <b>R</b>			18
7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais (OOp7. Em PA)(OE 10)			16
8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação (OOp8. Em PA)(OE 1, OE7)			17
9. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos (OOp16. Em PA)(OE14)			16
10. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (OOp21. Em PA) (OE4a, OE4b)			17
11. Disponibilizar através do Portal da Transparência do SNS, indicadores de desempenho ou de resultado no âmbito da saúde do cidadão <b>(P)</b>			16
<b>TAXA DE REALIZAÇÃO GLOBAL</b>			<b>100</b>

RECURSOS HUMANOS – 2016				
DESIGNAÇÃO		EFETIVOS €	PONTUAÇÃO	PLANEADOS
Dirigentes – Direção Superior		2	20	40
Dirigentes – Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa		10	16	160
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)		82	12	984
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)		1	10	10
Técnicos de Informática		6	10	60
Assistentes Técnicos		44	8	352
Assistentes Operacionais		2	5	10
Outros:				
Médicos		1	12	12
Enfermeiros		4	12	48
Membros das CDT		32	16	512
Encarregados Pessoal Auxiliar – carreira subsistente		1	5	5
<b>TOTAL DE EFETIVOS A EXERCER FUNÇÕES</b>	<b>31-12-2016</b>	<b>185</b>		<b>2188</b>

Efetivos no Organismo (IDT+SICAD)	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2015
N.º de efetivos a exercer funções	1810	1821	1760	1608	IDT – 1540* SICAD – 216	181	171	169
* Até 31.12.2012 não tinha sido declarada a extinção do IDT,IP, tendo a organização continuado a funcionar com os Serviços Centrais e Delegações Regionais até à declaração de extinção ocorrida com efeitos a 31 de Dezembro de 2012, publicada em Diário da República em 7 de Janeiro de 2013 (Despacho n.º 251/2013).								

RECURSOS FINANCEIROS – 2016 (Euros)	
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL
Orçamento de Funcionamento	18.727.115,00€
Despesas com Pessoal	5.433.693,00€
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	3.892.364,00€
Outras Despesas Correntes e de Capital	427.853,00€
Transferências Correntes-Projetos	8.973.205,00€
PIDDAC	0,00€
Outros valores	0,00€
Reserva	472.915,00€
<b>TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)</b>	<b>19.200.030,00€</b>

INDICADORES		FONTES DE VERIFICAÇÃO
1.1.	Desenvolvimento das Linhas de Orientação para a intervenção na problemática do Jogo (em meses)	Documento produzido
2.1.	Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (n.º)	Contratos de atribuição de financiamento/ Processos
3.1.	Dinamização de ações de formação para os stakeholders externos (n.º)	Dossiers técnico pedagógicos
4.1.	Relatório de Avaliação da área de Comunicação interna e externa (em meses)	Documento produzido
5.1.	Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações)	SIM
5.2.	Implementação e manutenção do SIM-BA (Sistema de Informação Multidisciplinar – Business Analytics) (relatórios novos criados)	SIM-BA
6.1.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2015 (em meses)	Relatório produzido
6.2.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2015 (em meses)	Relatório produzido
7.1.	Relatório do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (n.º)	Relatório produzido
7.2.	Recolha de dados no âmbito do Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral – Portugal 2016 (em meses)	Dados recolhidos
8.1.	Relatório do Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em jovens em Centros Educativos (n.º)	Relatório produzido
9.1.	Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%)	Base de dados
10.1.	Monitorização e avaliação da implementação o Modelo de Intervenção em Dissuasão (documento)	Relatório produzido
11.1.	N.º de novos indicadores	Portal da Transparência do SNS

## 10. Mecanismos de Coordenação e Monitorização do Plano de Atividades

A par do Plano de Atividades e conforme previsto no âmbito do SIADAP 1, realizar-se-á:

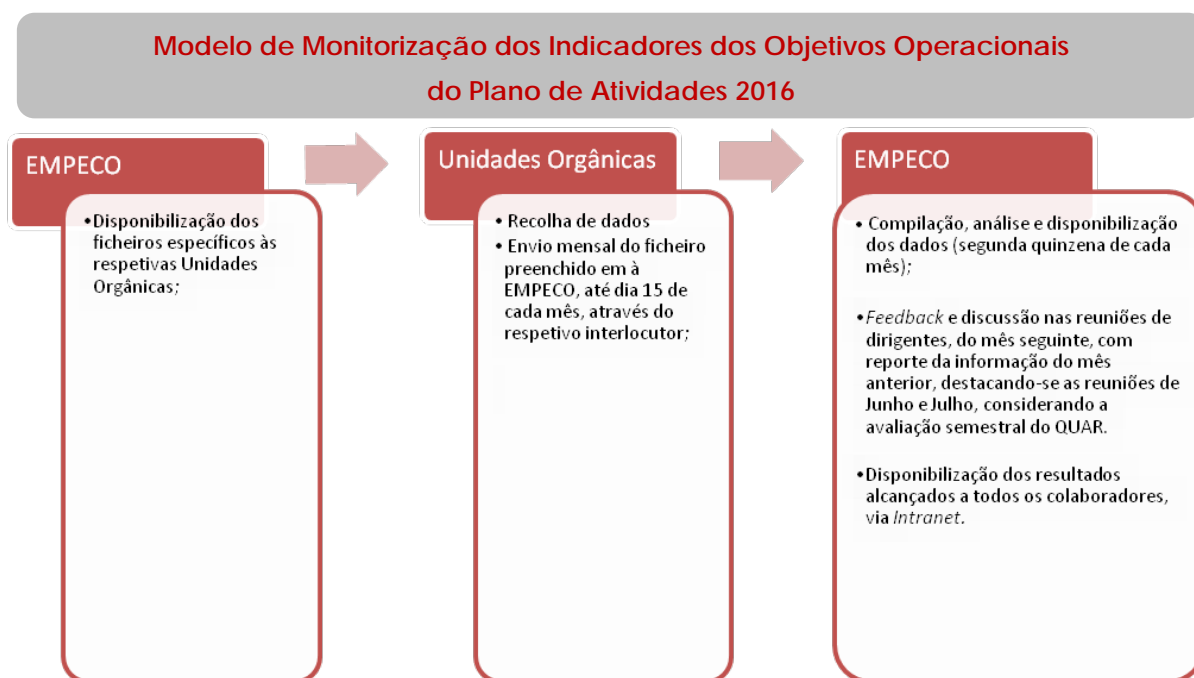
- A monitorização semestral do QUAR, que permitirá acompanhar o grau de concretização dos objetivos estratégicos. Para tal, foram construídos, em 2013, instrumentos ajustáveis que permitem a recolha e tratamento da informação necessária, realizadas reuniões de acompanhamento e elaborado um relatório onde conste a análise dos resultados, dos desvios, e caso se justifique, a identificação de alterações a introduzir.
- A apresentação do Relatório Anual de Atividades, onde o grau de concretização das ações previstas e o nível de alcance dos objetivos definidos serão apresentados, com as respetivas descrições e fundamentações para eventuais desvios ou enfoque em dimensões consideradas como relevantes.

Para assegurar a execução eficaz e a gestão adequada da implementação da Estratégia, em 2013 foi definido e implementado o Modelo de monitorização do Plano Estratégico e do Planos de Atividades dos respetivos anos. A implementação deste modelo de monitorização pretende facilitar a:

- Avaliação regular do grau de execução dos planos, Estratégico e anual de atividades, mediante sistematização e análise da informação disponibilizada por cada Unidade Orgânica;
- Identificação de inconformidades na execução e introdução de alterações e/ou correções necessárias, atempadamente, assegurando a coerência interna ao nível do planeamento;
- Melhoria da eficiência da recolha de dados para a elaboração dos relatórios de atividades anuais e do QUAR (semestral e anual) e do Plano Estratégico;
- A produção de pontos de situação com informação atualizada sobre o desenvolvimento das medidas e atividades do SICAD, grau de cumprimento dos objetivos, por via da análise da execução dos indicadores, e *feedback* às unidades orgânicas e direção.

Na continuidade do trabalho efetuado em 2013, 2014 e 2015, em 2016 serão atualizados os instrumentos de recolha de dados, mantidos os circuitos de articulação

entre as Unidades Orgânicas, através dos respectivos interlocutores e dar-se-á continuidade ao tratamento e difusão interna da informação. Na figura abaixo apresentada é possível visualizar este Modelo:



Através desta monitorização regular e da análise sistemática dos desempenhos realizados, com o desenvolvimento de reuniões com os intervenientes-chave, é possível acompanhar os resultados obtidos, bem como adaptar e adequar atempadamente as atividades previstas a situações não antecipadas.

Este mecanismo de monitorização encontra-se acessível aos dirigentes e a todos os profissionais na *intranet* do serviço “Monitorização” e a todo o momento é possível conhecer o grau de concretização e o desempenho dos planos de atividades e Plano Estratégico.

A par do desenvolvimento do sistema interno de monitorização, continuará a ser assegurada a estreita articulação com os *stakeholders* externos, cuja participação quando prevista em PA tem repercussões na ação do SICAD, sendo essa informação também naturalmente utilizada no âmbito da monitorização.

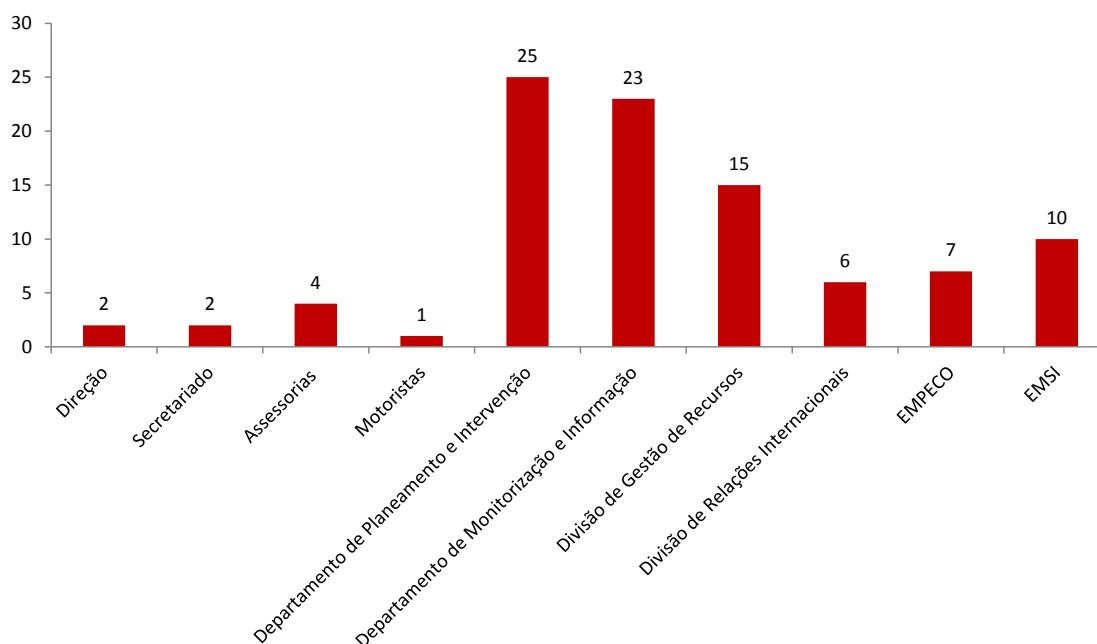
# 11. Recursos Humanos e Financeiros

## 11.1. Recursos Humanos

O SICAD tem o mapa de pessoal aprovado pela tutela com 118 postos de trabalho, dos quais 105 correspondentes a trabalhadores, 10 a dirigentes e 3 a chefes de equipas multidisciplinares.

Não obstante, o SICAD prevê contar em 2016 com 95 profissionais para desenvolver as suas atribuições, dos quais 83 correspondem a trabalhadores, 10 a dirigentes e 2 a chefes de equipa multidisciplinar.

Gráfico 1 - Caracterização dos Efetivos do SICAD por Unidade Orgânica (n=95)

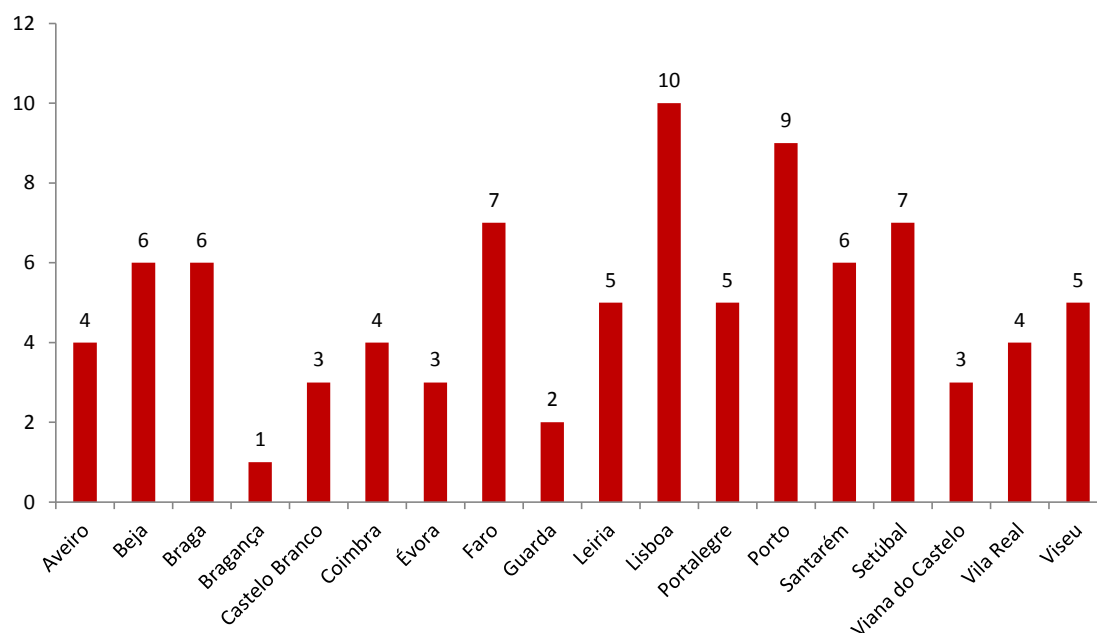


Cumprе salientar, ainda, que nos termos da alínea l) do *art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro*, o SICAD é responsável por garantir o funcionamento das CDT (tal como determina o *n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de Abril*, inicialmente em relação ao Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, ao qual se sucedeu o Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.).

O mapa de pessoal aprovado para aquelas Comissões contempla 115 postos de trabalho, correspondentes a 61 trabalhadores e 54 membros das Comissões (Presidente e Vogais nomeados pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde).

Não obstante, na presente data, as CDT contam apenas com 88 profissionais para desenvolver as suas atribuições, correspondendo 56 a trabalhadores e 32 a membros das CDT. Prevê-se no decorrer do ano 2016 a abertura de 2 procedimentos concursais.

Gráfico 2 - Caracterização dos Efetivos por CDT (n=90)



Pela análise dos recursos humanos previstos como necessários nos mapas de pessoal do SICAD e das CDT no âmbito das suas atribuições, constata-se que a ocupação atual dos postos de trabalho fica aquém, em cerca de 53 profissionais, do necessário, naturalmente por questões que se prendem com o orçamento disponível, conjugado com um esforço de redução de despesa na conjuntura económico-financeira vigente.



## 11.2. Orçamento

A concretização do presente Plano de Atividades pressupõe a afetação e disponibilização de adequados recursos financeiros.

### 11.2.1 Receita

Na tabela 1 apresenta-se o orçamento para 2016 enviada à Tutela e DGO.

O orçamento inicial era de € 19.200.030 o qual incluía uma reserva de 2,5%, sendo que 45% deste valor é componente de OE, 48% de receitas próprias provenientes dos Jogos Sociais, 5,5% relativo a valores de tribunais sob a forma de recompensas, objetos, direitos ou vantagem, conforme previsto na alínea a) do nº1 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de Janeiro e ainda os valores de coimas, nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º da Lei nº30/2000, de 29 de Novembro, alterada pelo Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de Novembro e 1,5% relativo a projetos comunitários.

Tabela 1 – Receitas 2016

	Inicial
FF- 111 - ORÇAMENTO ESTADO	8.628.150 €
FF - 123 - RECEITAS PRÓPRIAS - TRIBUNAIS	1.085.138 €
FF - 129 - RECEITAS PRÓPRIAS JOGOS SOCIAIS	9.203.287 €
<b>SUBTOTAL (1)</b>	<b>18.916.575 €</b>
FF - 280 - FUNDOS COMUNITÁRIOS - OUTROS	283.455 €
<b>SUBTOTAL (2)</b>	<b>283.455 €</b>
<b>TOTAL (3)=(1)+(2)</b>	<b>19.200.030 €</b>

### 11.2.2 Despesa

Para o ano 2016 os encargos com pessoal ascendem ao montante de € 5.433.693, para financiamento de projetos PORI o valor de € 8.973.205, para outras despesas correntes e de capital. o valor de € 427.853 e para as aquisições de bens e serviços a importância de €3.892.364, estando incluído nesta rubrica o valor para a aquisição de metadona, transformação e distribuição nas ARS, bem como €283.455 relativo a projetos comunitários (*Projeto ERANID (European Research Area Network on Illicit Drugs; ALICE RAP Addiction and Lifestyles in Contemporary Europe - Reframing Addictions Project; Projeto Joint Action – RARHA)*).

Tabela 2 – Despesa 2016

	Inicial
ENCARGOS C/ PESSOAL	5.433.693 €
ENCARGOS C/ AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	3.892.364 €
Outras Despesas Correntes e de Capital	427.853€
PROJETOS (a)	8.973.205 €
Reserva	472.915€
<b>TOTAL</b>	<b>19.200.030€</b>

(a) Projetos no âmbito do Decreto-Lei N.º 186/2006, de 12 Setembro, do Decreto-Lei n.º 183/2001, 21 de Junho, da Portaria n.º 27/2013, de 24/1 e da Portaria nº258/2013, de 13 de Agosto

### 11.3. Recursos Tecnológicos

Com o intuito de reestruturar a infraestrutura de dados começou-se já em 2015 a otimização dos recursos (servidores) através da virtualização (Tecnologia Hyper-V).

No universo de 57 servidores verifica-se uma diminuição do número de servidores físicos e um correspondente aumento de servidores virtuais.

Tipo de servidores

Tipo de servidores	N.º de indicados		Diferença entre 2015 e 2016
	2015	2016	
Físicos	37	29	-8
Virtuais	20	28	8
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>57</b>	-

Para o ano de 2016, a utilização da virtualização irá ser mais acentuada prevendo-se diminuir o número de servidores físicos uma vez que o SICAD já se encontra dotado de equipamentos que permitem o melhor e maior alojamento de máquinas.

Com a Utilização de *Cluster Hyper-V*, o primeiro nível de indisponibilidade dos sistemas por motivo de falha de *hardware*, irá ser suprimido.

Desta forma, preparar-se-á o ambiente para o segundo nível de tolerância a falhas com a duplicação/sincronização de máquinas que suportem as aplicações críticas do SICAD na *Cloud*.

Também a EMSI continua o trabalho de manutenção e *upgrade* das demais aplicações utilizadas, sejam elas da área da microinformática com a atualização dos Sistemas Operativos e aplicações de utilização diária para o Utilizador, sejam da área de suporte à infraestrutura do domínio interno (*Relay de Mail*, Servidores de Correio Eletrónico, Anti Vírus entre outras aplicações) e ainda da área aplicacional que se reflete na integração com outros sistemas, correção e melhoria de atividades já existentes e desenvolvimento de novas áreas de competências.

## 12. Siglas e Abreviaturas

ACN	Assessoria do Coordenador Nacional
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
ALICE RAP	Addictions in Contemporary Europe: Reframing Addictions Project
ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho
ANO	Atividade Não Orçamentada
AO	Atividade Orçamentada
AP	Administração Pública
APESP	Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego
ARS	Administração Regional de Saúde
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASPFP	Atividade Sujeita a Processo de Financiamento Próprio
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CAN	Council for Information on Alcohol and Other Drugs
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CD	Centro de Dia
CDT	Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência
CE	Comissão Europeia
CES (FCSH/UNL)	Centro de Estudos Sociais da Universidade Nova de Lisboa
CGTP-IN	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, Intersindical
CICAD	Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas
CIG	Comissão para a Igualdade do Género
CIP	Confederação da Indústria Portuguesa
CNAPA	Comité de Política Nacional e Ação sobre Álcool
CND	Comissão de Estupefacientes
CNJ	Comissão Nacional da Juventude
CNPCJR	Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
COPOLAD	Programa de Cooperação entre América Latina e a União Europeia em matéria de Políticas sobre Drogas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRI	Centro de Respostas Integradas
CT	Comunidade Terapêutica
DEI	Divisão de Estatística e Investigação
DG	Diretor-geral
DGE	Direção-geral da Educação
DGPJ	Direção-geral da Polícia Judiciária
DGR	Divisão de Gestão de Recursos
DGS	Direção-geral da Saúde
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DIC	Divisão de Informação e Comunicação
DIT	Divisão de Intervenção e Terapêutica
DMI	Direção de Serviços de Monitorização e Informação
DPI	Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção

DPIC	Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária
DR	Delegação Regional
DRI	Divisão de Relações Internacionais
ECATD/ESPAD	Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas /European School Survey on Alcohol and other Drugs
EDDRA	Exchange on Drug Demand Reduction Action
ELDD	European Legal Database on Drugs
EMPECO	Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional
ERANID	European Research Area Network on Illicit Drugs
FCT	Fundação de Ciência e Tecnologia
FC-UL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FESAT	Fundação Europeia dos Serviços telefónicos na área da Droga (European Foundation of Drug Helplines)
FF-UP	Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto
FML	Faculdade de Medicina de Lisboa
FP-UCP	Faculdade de Psicologia da Universidade Católica do Porto
GeADAP	Gestão Integrada da Avaliação de Desempenho da Administração Pública
GHD	Grupo Horizontal Drogas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GP	Grupo Pempidou
IDPC	International Drug Policy Consortium
IDT,IP	Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGAS	Inspeção Geral das Atividades em Saúde
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Instituto Público
INME	Inquérito Nacional em Meio Escolar
INPG	Inquérito Nacional à População Geral
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público
ISS	Instituto da Segurança Social
LPC	Laboratório de Polícia Científica
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
Med-NET	Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa
OE	Objetivo Estratégico
OEDT	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Objetivo Operacional
OPJ	Observatório Permanente da Juventude
OPS	Organização Pan Americana da Saúde / OMS
PA	Plano de Ação
PAC	Plano Anual de Compras
PIEC	Programa para a Inclusão e Cidadania
PJ	Polícia Judiciária
PLA	Problemas Ligados ao Álcool
PNCDD	Plano de Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências

PNRPLA	Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Alcool
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PROALV	Programa Aprendizagem ao Longo Vida
PSOBLE	Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTAO	Programa de Tratamento farmacológico com Agonistas Opiáceos
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RARHA	Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm
REITOX	Rede Europeia de Informação sobre Droga e Toxicodependência
RIOD	Rede Iberoamericana de Organizações Não Governamentais que trabalham em Toxicodependência
RRMD	Redução de Riscos e Minimização de Danos
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIIE	Sistema de Informação de Imóveis do Estado
SIM	Sistema de Informação Multidisciplinar
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPAFS	Sistema de Informação de Projetos com Apoio Financeiro no âmbito do Ministério da Saúde
SPA	Substâncias Psicoativas
SPMT	Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho
TFP	Trabalhador em Funções Públicas
UNGASS	Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas
UD	Unidade de Desabilitação
UE	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
UNCT	Unidade Nacional Contra-Terrorismo
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime

